PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA GRANDE – MG
GABINETE DO PREFEITO
Rua Manoel Calango, 172 – centro – CEP: 38.755-000 - Lagoa Grande – MG
CNPJ Nº 23.097.454/0001-28 – telefone 34- 3816-2900
Administração 2025/2028.

CERTIDÃO
Prefeitura Municipal de Lagoa Grande - MG
Certifico que Lei nº 1.167 / 2025
foi publicado no quadro geral de avisos no saguão da sede da Prefeitura Mun. de Lagoa Grande - MG
em 25/06 / 2025
Flavia Cristina da Silva
Responsável

LEI Nº 1.167, DE 25 DE JUNHO DE 2025

ESTABELECE DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo do Município de Lagoa Grande, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou, e, eu Prefeito Municipal em seu nome sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º A Lei Orçamentária para o exercício de **2026** será elaborada em conformidade com as diretrizes desta Lei, e em consonância com as disposições da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica Municipal, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, compreendendo:

I – as prioridades e metas da administração pública municipal;

II – a estrutura e a organização do orçamento;

III – as diretrizes gerais para a elaboração e a execução do orçamento do município e suas alterações;

IV – as disposições para as transferências;

V – as disposições relativas à dívida pública municipal;

VI – as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária municipal;

VIII – as disposições sobre transparência;

IX – as disposições gerais; e

X – anexos.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As prioridades e metas da administração pública municipal em consonância com o artigo 165, § 2º da Constituição Federal, são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei e que constarão do projeto de Lei Orçamentária, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de **2026** e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, observando as seguintes diretrizes gerais:

I – emprego e renda;

II – desenvolvimento social;

III – planejamento e desenvolvimento urbano;

IV – gestão democrática e participativa.

Parágrafo único. Na elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de **2026**, o Poder Executivo poderá alterar as metas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e cumprimento do cronograma de execução de projetos já iniciados.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO E DA ESTRUTURA DO ORÇAMENTO

Art. 3º Para efeito desta lei entende-se por:

I – programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II – atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV – operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V – órgão: o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar as unidades orçamentárias;

VI – unidade orçamentária: o menor nível de classificação institucional agrupadas em órgãos orçamentários;

VII – especificação da fonte e destinação de recurso: detalhamento da origem e da destinação de recursos definidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, para fins de elaboração da LOA e de prestação de contas por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM;

VIII – grupo de origem das fontes de recurso: agrupamento da origem de fontes de recursos contido na LOA por categorias de programação;

IX – aplicação programada de recursos: agrupamento das informações por destinação de recursos contida na LOA por categoria de programação;

X – produto: bem ou serviço que resulta da ação orçamentária;

XI – unidade de medida: utilizada para quantificar e expressar as características do produto; e

XII – meta física: quantidade estimada para o produto no exercício financeiro.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção à qual se vincula.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

Art. 4º O Orçamento Municipal compreenderá as Receitas e Despesas das Administrações direta e indireta e dos fundos municipais especiais, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, obedecidos na sua elaboração, os princípios da anualidade, unidade, equilíbrio e exclusividade.

§ 1º A despesa será discriminada por unidade orçamentária, com suas categorias de programação detalhadas, com as respectivas dotações especificando a categoria econômica, o grupo de natureza da despesa e a modalidade de aplicação.

§ 2º A despesa será discriminada na LOA por:

I – órgão e unidade orçamentária;

II – função;

III – subfunção;

IV – programa;

V – ação: atividade, projeto e operação especial;

VI – categoria econômica;

VII – grupo de natureza de despesa;

VIII – modalidade de aplicação.

IX – origem de fonte e aplicação programada de recursos.

Art. 5º A Lei Orçamentária Municipal conterá Reserva de Contingência, destinada a:

I – atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, no percentual mínimo de 0,2% (zero vírgula dois por cento) da receita corrente líquida;

II - emendas parlamentares impositivas no percentual de até 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício de 2024.

Parágrafo único. Para efeito desta lei:

I - entende-se como "eventos fiscais imprevistos", a abertura de créditos adicionais para atendimento de despesas não previstas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária de **2026**.

II - o PL de LOA deverá ser sancionado com a adequação das dotações e respectivos valores das emendas impositivas deduzidas da reserva de contingência de que trata o inciso II do caput deste artigo.

CAPÍTULO III

DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 6º As receitas abrangerão: a tributária própria, a patrimonial, as diversas receitas admitidas em lei e as parcelas transferidas pela União e pelo Estado, resultantes de suas receitas fiscais, nos termos da Constituição Federal.

Parágrafo único. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das propostas de alterações na legislação tributária, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução, nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Art. 7º As despesas corresponderão à diferença apurada entre a receita estimada e o valor destinado à Reserva de Contingência e serão distribuídas segundo as necessidades reais de cada órgão e de suas unidades orçamentárias, destinando-se o valor necessário para as despesas de capital.

§ 1º Para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária, o Poder Legislativo encaminhará até o dia 31 do mês de julho de **2025**, o detalhamento de suas despesas, acompanhado de quadro demonstrativo dos cálculos de modo a justificar o seu montante.

§ 2° Se o Poder Legislativo não encaminhar o detalhamento de suas despesas dentro do prazo previsto no §1º, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites mencionados no §3º.

§ 3º O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar sete por cento do somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizados no exercício anterior, conforme dispõe o art. 29^{A} da Constituição Federal, acrescentado através da Emenda Constitucional nº. 25, de 14 de fevereiro de 2000.

§ 4º Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar repasses financeiros à (s) entidades (s) da Administração Indireta, cumprindo-se as disposições dos artigos 50, § 2º e 51, § 1º, da Lei 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) com as diretrizes traçadas pelas Portarias Interministeriais nº 163/01 e 339 de 29/08/2001.

Art. 8º Nos termos da 14ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público aprovado pela Portaria STN/MF nº 699, de 07 de julho de 2023, serão utilizadas "fontes" de recursos com o objetivo de identificar as fontes de financiamento dos gastos públicos.

§ 1º O mesmo código utilizado para controle das destinações da receita orçamentária também será utilizado na despesa, para controle das fontes financiadoras da despesa orçamentária.

§ 2º A fonte/destinação de recursos constitui instrumento de planejamento gerencial e será adequada na medida das fases de execução da receita e da despesa de modo a evidenciar as fontes de financiamento do gasto público efetivamente realizado.

§ 3º Na elaboração do PLOA para o exercício de **2026**, o município observará:

I - a Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23 de fevereiro de 2021, quanto à padronização das fontes na execução orçamentária, de forma obrigatória, observando o formato definido na referida Portaria e eventuais alterações;

II - as Portarias STN nº 710, de 25 de fevereiro de 2021 e nº 925, de 08 de julho de 2021, quanto à indicação de um Código de Acompanhamento da Execução Orçamentária (CO) específico para identificação das emendas individuais que deverá ser associado à fonte de recurso na arrecadação da receita dos recursos provenientes da emenda, para que seja possível o cálculo da RCL ajustada que será parâmetro para a apuração do limite da DCL;

III - as determinações do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 9º A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o exercício de **2026**, a preços correntes, acrescidos do índice da inflação (% anual) projetado e PIB real (crescimento percentual anual) mais previsão de recebimento de recursos de convênios e emendas parlamentares estaduais e/ou federais.

Parágrafo único. Os valores projetados para as receitas poderão sofrer alteração até a elaboração do orçamento, em decorrência da ausência de divulgação pelos órgãos competentes, dos valores que caberão a cada município, em relação às transferências constitucionais, fundo a fundo e voluntárias.

Art. 10. Destinar-se-á à manutenção e ao desenvolvimento do ensino parcela de receita resultante de impostos, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento), bem como das transferências do Estado e da União, quando procedentes da mesma fonte.

Parágrafo único. O Município atuará prioritariamente na Educação Básica.

Art. 11. Constituirão receitas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, as constantes da Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006 e leis que fixarem normas complementares.

Art. 12. A execução da lei orçamentária e seus créditos adicionais obedecerão aos princípios constitucionais da impessoalidade e moralidade pública, não podendo ser utilizados com o objetivo de influir, direta ou indiretamente, na apreciação de proposições legislativas em tramitação na Câmara Municipal.

Art. 13. O orçamento municipal garantirá dotação específica para pagamento de débitos constantes de precatórios judiciários, apresentados até 02 de abril de **2025**.

§ 1º Caberá à Procuradoria Jurídica do Município, encaminhar à Secretaria Municipal de Fazenda, até 10 de julho de **2025**, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciários apresentados até 02 de abril de **2025**, a serem incluídos no Projeto de Lei Orçamentária de **2026**, conforme determinado pelo § 5º do art. 100 da Constituição Federal, discriminada por órgão da Administração Direta, especificando:

I – número do processo;

II – número do precatório;

III – data da expedição do precatório;

IV – nome do beneficiário e CPF/CNPJ;

V – valor individualizado por beneficiário e valor total a ser pago.

§ 2º Somente serão incluídas no **PLOA/2026**, dotações para pagamento de precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e ofício do Poder Judiciário para definição da ordem de apresentação dos precatórios.

Art. 14. A Lei Orçamentária deverá conter autorização para abertura de créditos adicionais suplementares até determinado limite, em valor percentual e dependerá da existência de recursos disponíveis.

§ 1º Os recursos referidos no "caput" são provenientes de:

I – superávit financeiro;

II – excesso de arrecadação;

III – anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;

IV – produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las; e

V – reserva de contingência.

§ 2º O aproveitamento dos recursos originários de excesso de arrecadação, conforme disposto no inciso II, deverá observar o disposto no §3º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, bem como a estimativa de excesso de arrecadação de convênios, nos termos da Consulta TCEMG nº 898.438.

§ 3º Os créditos especiais e extraordinários autorizados e/ou abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, nos limites de seus saldos, conforme disposto no § 2º do art. 167 da Constituição Federal, por ato do Poder Executivo.

Art. 15. As classificações nas dotações, inclusive as decorrentes de emendas impositivas, as fontes de recursos, os códigos e títulos das ações poderão ser alterados, por ato próprio, de acordo com as necessidades de execução, mantido o valor total da ação, desde que para ajustes na codificação orçamentária, decorrentes da necessidade de adequação a orientações do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais ou STN – Secretaria do Tesouro Nacional, e que não impliquem em mudança de valores e finalidade da programação.

Parágrafo único. Não oneram o percentual estabelecido para suplementação, os ajustes orçamentários ou realocações de recursos ocorridos entre as categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.

Art. 16. As alterações e inclusões de fontes/destinações de recursos das ações constantes na Lei Orçamentária e dos créditos adicionais, inclusive os reabertos no exercício, poderão ser modificados, justificadamente, para atender às necessidades de arrecadação da receita e das fases de execução da despesa definidas pela Lei Federal nº 4.320/64.

Parágrafo único. O recurso não vinculado por lei específica, convênio ou ajuste que se constituir em superávit financeiro de **2025** poderá ser convertido pelo Poder Executivo em recurso ordinário do Tesouro Municipal para o exercício de **2026**, por meio de ato administrativo.

Art. 17. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de **2026** e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, inclusive os títulos, descritores,

metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos e modalidades de aplicação, no mesmo limite da autorização de abertura de crédito suplementar constante na LOA/**2026**.

Parágrafo único. Ficam autorizadas as realocações orçamentárias nos casos de reformas administrativas ou alterações promovidas no Plano Plurianual nos termos da Deliberação nº 02/2023 do TCEMG.

Art. 18. Sempre que ocorrer excesso de arrecadação e este for acrescentado adicionalmente ao exercício, por meio de crédito suplementar ou especial, destinar-se-á, obrigatoriamente, parcela de 25% (vinte e cinco por cento) à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, proporcionalmente ao excesso de arrecadação utilizado, quando proveniente de impostos.

Art. 19. O projeto de lei orçamentária poderá incluir programação constante de propostas do Plano Plurianual, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos.

Art. 20. Caso o Projeto de Lei Orçamentária Anual referente ao exercício de **2026** não seja sancionado até 31 de dezembro de **2025**, a programação nele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I – pessoal e encargos sociais;

II – benefícios previdenciários;

III – encargos e serviços de dívida;

IV – outras despesas correntes: limitadas a 1/12 (um doze avos) por mês do valor total previsto para essa natureza de despesa, no projeto de lei orçamentária para **2026**, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva Lei;

V – despesas vinculadas: correntes ou de capital, financiadas com recursos financeiros transferidos pela União ou pelo Estado de Minas Gerais, conforme previsto no Termo de Convênio, acordo e ajuste firmados com o Município;

VI – despesas de capital/investimentos: iniciadas e em andamento, conforme projeto básico constante do Edital de Licitação e suas alterações, a fim de evitar prejuízos financeiros e sociais ao Município e seus cidadãos;

VII – despesas com educação e saúde: conforme disposto na Constituição Federal;

VIII - despesas decorrentes de emendas parlamentares;

IX – despesas decorrentes de situação de emergência ou de calamidade pública.

§ 1º Os eventuais saldos negativos ou recursos que ficarem sem despesas correspondentes apurados em virtude de emendas ao Projeto de Lei de Orçamento serão ajustados pelo Executivo Municipal.

§ 2º Será considerada antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026, a utilização dos recursos necessários para a realização das despesas autorizados neste artigo.

§ 3º O Executivo Municipal fica autorizado a utilizar recursos decorrentes de superávit financeiro apurado em 31/12/2025, até o limite estabelecido no PLOA.

Art. 21. As proposições de emendas legislativas, que, direta ou indiretamente, importarem ou autorizarem aumento de despesa, deverão estar acompanhadas de estimativas de impacto orçamentário-financeiro dos efeitos no exercício em que entrarem em vigor e nos dois subsequentes, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação, para efeito de adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com as disposições constitucionais e legais que regem a matéria.

§ 1º Será considerada incompatível a proposição que:

I – aumente despesa em matéria de iniciativa privativa, nos termos da Lei Orgânica Municipal e Constituição Federal;

II – altere gastos com pessoal, nos termos do art. 169, § 1º, da Constituição Federal;

III – crie ou autorize a criação de fundos contábeis ou institucionais com recursos do Município.

§ 2º É vedada a indicação de recursos provenientes da anulação das seguintes despesas:

I – dotações financiadas com recursos vinculados;

II – dotações referentes a contrapartidas;

III – dotações referentes a obras em execução;

IV – dotações financiadas com recursos diretamente arrecadados;

V – dotações referentes a precatórios e sentenças judiciais;

VI – dotações referentes a benefícios eventuais;

VII – dotações destinadas ao serviço de dívida, compreendendo amortização e encargos;

VIII – dotações relativas às despesas com pessoal e com encargos sociais;

IX – dotações destinadas a custear programas vinculados a fundos municipais;

X – dotações referentes a programas identificados como prioritários no anexo I desta lei, exceto quando se tratar de remanejamento de recursos entre os programas ou no âmbito de um deles.

§ 3º Ao Projeto da Lei Orçamentária Anual não poderão ser apresentadas emendas com recursos insuficientes para a conclusão de uma etapa da obra ou para o cumprimento de parcela do contrato de entrega do bem ou do serviço.

CAPÍTULO IV

DAS TRANSFERÊNCIAS

SEÇÃO I

DAS SUBVENÇÕES SOCIAIS

Art. 22. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do art. 16 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, atenderá às entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde ou educação, prestem atendimento direto ao público e tenham certificação de entidade beneficente de assistência social, nos termos da Lei Federal nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

§ 1º A certificação de que trata o caput deste artigo poderá ser:

I – substituída, a critério da Administração, pelo pedido de renovação da certificação devidamente protocolizado e ainda pendente de análise junto ao órgão competente; ou

II – dispensada, desde que a entidade execute ações, programas ou serviços em parceria com a administração, nas seguintes áreas:

a) atenção às pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas;

b) combate à pobreza extrema;

c) atendimento às pessoas idosas ou com deficiência; e

d) prevenção de doenças, promoção da saúde e atenção às pessoas com HIV, hepatites virais, tuberculose, hanseaníase, malária e dengue.

III – dispensada, desde que a subvenção seja concedida por lei específica e a entidade comprove seu regular funcionamento.

§ 2º Só se beneficiarão das concessões de que trata o "caput", as entidades que não visem lucros e que não remunerem seus diretores.

§ 3º A execução das ações de que tratam o "caput" fica condicionada à autorização específica exigida pelo caput do art. 26 da Lei Complementar nº. 101, de 2000 e/ou cumprimento dos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.

SEÇÃO II

DAS CONTRIBUIÇÕES CORRENTES E DE CAPITAL

Art. 23. A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que não atuem nas áreas de que trata o **caput** do art. 22 desta Lei e que preencham as seguintes condições:

I – estejam autorizadas em lei específica;

II – estejam previstas na Lei Orçamentária de **2026** ou em seus créditos adicionais;

III – sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas de interesse público.

SEÇÃO III

DOS AUXÍLIOS

Art. 24. A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que atendam a pelo menos um dos seguintes incisos:

I – atendimento direto e gratuito ao público e cumprimento do disposto no caput do art. 22 desta Lei e alternativamente sejam voltadas para a:

a) educação especial; ou

b) educação básica;

II – registradas no Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas - CNEA do Ministério do Meio Ambiente, e qualificadas para desenvolver atividades de conservação, preservação ambiental, desde que formalizado instrumento jurídico adequado que garanta a destinação de recursos oriundos de programas governamentais, bem como àquelas cadastradas junto a essa administração para recebimento de recursos oriundos de programas ambientais;

III – de atendimento direto e gratuito ao público na área de saúde e alternativamente de atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social e atendam ao disposto no caput do art. 22 desta Lei e cujas ações se destinem a:

a) idosos, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social; ou

b) habilitação, reabilitação e integração da pessoa com deficiência ou doença crônica;

IV – destinadas às atividades de coleta e processamento de material reciclável, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, na forma prevista em

regulamento do Poder Executivo, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para a aplicação dos recursos;

V – qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a capacitação de atletas, formalizados instrumentos jurídicos adequados que garantam a disponibilização do espaço esportivo implantado visando o desenvolvimento de programas governamentais;

VI – voltadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social, violação de direitos ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda, nos casos em que ficar demonstrado o interesse público.

SEÇÃO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25. Sem prejuízo das disposições contidas nos arts. 22 a 24 desta Lei, a transferência de recursos prevista na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, a entidade privada sem fins lucrativos, nos termos do disposto no § 3º do art. 12 da Lei 9.532, de 10 de dezembro de 1997, deverá obedecer aos seguintes critérios:

I – aplicação de recursos de capital exclusivamente para:

a) aquisição e instalação de equipamentos e obras de adequação física necessária à instalação dos referidos equipamentos; ou

b) aquisição de material permanente; ou

c) construção, ampliação ou conclusão de obras.

II – identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio, termo de parceria ou instrumento congênere;

III – execução na modalidade de aplicação 50 – Transferência a entidade privada sem fins lucrativos;

IV – compromisso da entidade beneficiada de disponibilizar ao cidadão, na internet e/ou em locais visíveis de sua sede social ou dos estabelecimentos em que exerça suas ações, consulta ao extrato do convênio, da parceria ou instrumento congênere, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

V – regularidade de prestação de contas de recursos anteriormente recebidos;

VI – publicação de normas, a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições , que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação e seleção, quando for o caso, das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício, prevendo-se, ainda, cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

VII – comprovação pela entidade, da regularidade do mandato de sua diretoria, inscrição no CNPJ e apresentação de declaração de funcionamento regular no mínimo de um ano;

VIII – cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente, em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá caso se verifique desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos;

IX – manutenção de escrituração contábil regular;

X – apresentação pela entidade de certidão de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa de débitos federais e municipais.

XI – demonstração, por parte da entidade, de capacidade gerencial, operacional e técnica para desenvolver as atividades, informando a quantidade e a qualificação profissional de seu pessoal;

XII – manifestação prévia e expressa do setor técnico e da assessoria jurídica sobre a adequação dos convênios, termo de parceria e instrumentos congêneres às normas afetas à matéria; e

XIII – comprovação pela entidade privada sem fins lucrativos de efetivo exercício, durante o último ano, de atividades referentes à matéria objeto da parceria.

§ 1º A determinação contida no inciso I do **caput** não se aplica aos recursos alocados para programas habitacionais, conforme previsão em legislação específica, em ações voltadas a viabilizar o acesso à moradia, bem como na elevação de padrões de habitabilidade e de qualidade de vida de famílias de baixa renda que vivem em localidades urbanas e rurais.

§ 2º A destinação de recursos a entidade privada não será permitida nos casos em que agente público ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, seja integrante de seu quadro dirigente, ressalvados os casos em que a nomeação decorra de previsão legal.

§ 3º Os recursos decorrentes das parcerias celebradas com Organizações da Sociedade Civil, poderão ser utilizados para remunerar servidores ou empregados públicos, desde que se trate de cargo ou emprego acumulável na forma da Constituição Federal.

§ 4º As organizações da sociedade civil, nos termos do disposto no inciso I do caput do art. 2º da Lei 13.019/2014, poderão receber recursos oriundos

de transferências previstas na Lei 4.320/1964, por meio dos seguintes instrumentos:

I – termo de fomento ou de colaboração, hipótese em que deverá ser observado o disposto na Lei 13.019/2014, na sua regulamentação e nas demais legislações aplicáveis; e

II – convênio ou outro instrumento congênere celebrado com entidade filantrópica ou sem fins lucrativos nos termos do disposto no § 1º do art. 199 da Constituição Federal, hipótese em que deverá ser observado o conjunto das disposições legais aplicáveis à transferência de recursos para o setor privado.

§ 5º As entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP poderão receber recursos oriundos de transferências previstas na Lei 4.320/1964, por meio dos seguintes instrumentos:

I – termo de parceria, observado o disposto na legislação específica pertinente a essas entidades, e processo seletivo de ampla divulgação;

II – termo de colaboração ou de fomento, observado o disposto na Lei 13.019/2014 na sua regulamentação e nas demais legislações aplicáveis; e

III – convênio ou outro instrumento congênere celebrado com entidade filantrópica ou sem fins lucrativos nos termos do disposto no § 1º do art. 199 da Constituição Federal, observado o conjunto das disposições legais aplicáveis à transferência de recursos para o setor privado.

§ 6º As entidades qualificadas como Organizações Sociais - OS, nos termos do disposto na Lei 9.637/1998, poderão receber recursos oriundos de transferências previstas na Lei nº 4.320/1964, por meio de:

I – contratos de gestão, hipótese em que as despesas serão exclusivamente aquelas necessárias ao cumprimento do programa de trabalho

proposto e ao alcance das metas pactuadas, classificadas em "Outras Despesas Correntes", observados o disposto na legislação específica aplicável a essas entidades e o processo seletivo de ampla divulgação.

Art. 26. Não será exigida contrapartida financeira para as transferências previstas nos arts. 22, 23 e 24 desta Lei, sendo facultada a exigência de contrapartida em bens e serviços.

Art. 27. A entrega de recursos a consórcios públicos em decorrência de delegação para a execução de ações de responsabilidade do Município, não se configura como transferência voluntária e observará as modalidades de aplicação específicas.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 28. A administração da dívida pública municipal interna ou externa tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§1º Deverão ser garantidos na Lei Orçamentária, os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2º O Município, por meio de seus órgãos, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº. 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição Federal.

Art. 29. Na Lei Orçamentária para o exercício de **2026**, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 30. A Lei Orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução 43/2001 do Senado Federal, ressalvadas as operações de créditos por antecipação da receita cuja vedação é prevista no art. 38, IV, b, da Lei Complementar 101/2000.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 31. A despesa total com pessoal, não poderá exceder a 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida, conforme percentuais fixados no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000:

I – 6% (seis por cento) para o Legislativo;

II – 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

Parágrafo único. Na verificação do atendimento dos limites fixados não serão computadas as despesas:

I – de indenização por demissão de servidores ou empregados;

II – relativas a incentivos à demissão voluntária;

III – derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição;

IV – decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000;

V – com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes:

a) da arrecadação de contribuições dos segurados;

b) da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição;

c) das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

Art. 32. As despesas com pessoal referidas no artigo anterior, serão comparadas, por meio de balancetes mensais, com o percentual das receitas correntes líquidas, de modo a exercer o controle de sua compatibilidade.

Art. 33. O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;

II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando sejam relativas a cargo ou categoria extintas, total ou parcialmente;

III – não caracterizem relação direta de emprego.

Art. 34. Não obstante o disposto no art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o Município ainda assim poderá contratar horas extras:

I – para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público;

II – manter os serviços essenciais de saúde, educação e assistência social.

Parágrafo único. Fica o Executivo Municipal autorizado a estabelecer por decreto, o banco de horas, de modo a possibilitar ao servidor, acumular horas extras, para gozar folgas, prolongar suas férias e/ou compensar na sua jornada de trabalho.

Art. 35. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, II da Constituição Federal, atendido o inciso I do mesmo dispositivo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, em especial do pessoal do Ensino, na forma e condições previstas na legislação específica.

Art. 36. Fica autorizada a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo, cujo percentual será definido em lei específica.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Art. 37. Poderão ser apresentados à Câmara Municipal projetos de lei sobre matéria tributária pertinente, visando ao seu aperfeiçoamento, à adequação a mandamentos constitucionais e ao ajustamento às leis complementares e resoluções federais, observando:

I – quanto ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, o objetivo de assegurar o cumprimento da função social da propriedade;

II – quanto ao Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis por Ato Oneroso Inter Vivos – ITBI, a adequação da legislação municipal aos comandos de Lei Complementar Federal.

III – quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, a adequação da legislação municipal aos comandos da lei complementar federal e a mecanismos que visem à modernização e à agilização de sua cobrança, arrecadação e fiscalização;

IV – quanto às taxas cobradas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos prestados ao contribuinte, a incidência ou não do tributo;

V – quanto à contribuição de melhoria, a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;

VI – a instituição de novos tributos ou a modificação dos já instituídos, em decorrência de revisão da Constituição Federal;

VII – o aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à sua racionalização, simplificação e agilização;

VIII – a aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração à legislação tributária;

IX – o aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, visando à modernização e à eficiência na arrecadação equânime da carga tributária.

§ 1º A concessão ou a ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária ou financeira de que decorra renúncia de receita somente poderá ser aprovada, se:

I – estiver acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes;

II – indicar a estimativa de renúncia de receitas e as despesas, em idêntico valor que serão anuladas, ou estar acompanhada de medidas de compensação por meio do aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;

III – definir os limites de prazo e valor;

IV – atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000;

V – não ensejar, pela diminuição da receita corrente líquida, a necessidade de redução da despesa total com pessoal de qualquer Poder do município.

§ 2º Os tributos inscritos em dívida ativa, cujos custos para a cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante decreto, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, § 3º da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000.

CAPÍTULO VIII

DA TRANSPARÊNCIA

Art. 38. O Poder Executivo divulgará e manterá atualizada, em sítio eletrônico, relação das entidades privadas beneficiadas nos termos do disposto nos art. 22 a 24, contendo, pelo menos:

I – nome e CNPJ;

II – nome e função dos dirigentes;

III – área de atuação;

IV – endereço da sede;

V – data, objeto, valor e número instrumento celebrado;

VI – órgão transferidor;

VII – valores transferidos e respectivas datas;

VIII – edital do chamamento ou número da lei específica autorizadora do repasse.

Art. 39. Nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o Poder Executivo deverá assegurar o direito fundamental de acesso à informação que devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40. Aos alunos do ensino básico obrigatório e gratuito da rede municipal será garantido o fornecimento de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Parágrafo único. Desde que cumprido o disposto no caput, é facultado ao município colaborar com o Estado na garantia desses direitos aos alunos da rede estadual de ensino.

Art. 41. Quando a rede estadual de ensino básico e médio for insuficiente para atender a demanda, poderão ser concedidas bolsas de estudo para o atendimento pela rede particular de ensino.

Parágrafo único. O Município fica obrigado a garantir vagas para os alunos da rede municipal, atendidos na forma do caput, no exercício imediatamente subsequente.

Art. 42. A manutenção de bolsa de estudo é condicionada ao aproveitamento mínimo do aluno.

Art. 43. O Município aplicará, anualmente, em ações e serviços de saúde, recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados na forma inciso III do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012.

Art. 44. Os critérios para limitação de despesas, quando a evolução da receita comprometer os resultados orçamentários pretendidos e enquanto a dívida não retornar ao limite, serão fixados em decreto do executivo municipal, e não abrangerão despesas:

I – que constituam obrigações constitucionais e legais;

II – destinadas ao pagamento do serviço da dívida;

III – destinadas às áreas de educação, saúde e assistência social.

Art. 45. O sistema de controle interno acompanhará a eficiência das ações desenvolvidas e avaliará os resultados dos programas financiados com recursos do orçamento.

Art. 46. O Município poderá realizar despesas com a execução de obras de reparos e melhoramentos em imóveis de propriedade do Estado e auxiliar o custeio de despesas próprias dos entes referidos, desde que:

I – haja previsão orçamentária;

II – formalize instrumento de convênio, acordo, ajuste ou congênere.

Art. 47. O Executivo Municipal, para estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, observará:

I – a vinculação de recursos a finalidades específicas;

II – as áreas de maior carência no Município.

Art. 48. As compras e contratações de obras e serviços somente poderão ser realizadas havendo disponibilidade orçamentária e precedidas do respectivo processo licitatório, quando exigível, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e legislações posteriores.

Art. 49. Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

Art. 50. Para efeito do disposto no art. 42 da LRF considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

Parágrafo único. No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública, bem como parcelas de obras a serem executadas nos exercícios subsequentes, consideram-se como compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado ou readequado e efetivamente executado.

Art. 51. A destinação de recursos direta ou indiretamente para pessoas físicas deverá ser autorizada por lei específica, estar prevista no orçamento ou em créditos adicionais e atender a pelo menos uma das condições abaixo:

I – renda familiar per capta a ser definida em regulamentação específica;

II – ser atleta representando o Município em competições oficiais fora do Município;

III – ser artesão representando o Município em Feiras, Congressos ou similares;

IV – grupos teatrais, músicos e outras pessoas físicas representando o município em Conferências, Feiras, Congressos e similares.

Art. 52. Os ordenadores de despesas poderão autorizar a realização de processos licitatórios, no último trimestre do exercício, indicando a dotação orçamentária constante no Projeto de Lei Orçamentária do exercício subsequente, ficando condicionada a homologação do certame, à aprovação do respectivo projeto.

Art. 53. Nos termos do art. 2º desta Lei, as metas e prioridades para o exercício financeiro de **2026** também correspondem às ações decorrentes de emendas parlamentares.

Art. 54. O projeto de LOA para 2026 conterá previsão para a execução das emendas impositivas, individuais e/ou de bancada, na forma do art. 133, § 6° da Lei Orgânica Municipal.

Art. 55. Integram esta Lei os Anexos das Metas Fiscais e Riscos Fiscais, em cumprimento ao disposto no art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 56. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa Grande/MG, 25 de junho de 2025.

HAMILTON DOS REIS RIBEIRO

Prefeito Municipal



ENTIDAD PREFEITURA MUNICIPAL
MUNICIP LAGOA GRANDE
UF: MINAS GERAIS

Resultado de Índices Oficiais

Lei de Diretrizes Orçamentários

Exercício de 2026

Informações sobre o PIB

Esfera do PIB: FEDERAL

Percentual do PIB para o exercício de 2025:	2.0000 %						
Valor do PIB previsto para o exercício de 2024:	11.300.000.000,00						
Valor do PIB realizado para o exercício de 2024:	11.700.000.000,00						
Percentual do PIB previsto para os próximos	**2026**	1.7000 %	**2027**	2.0000 %	**2028**	2.0000 %	
Valor do PIB previsto para os próximos	**2026**	12.137.000.000,00	**2027**	12.380.000.000,00	**2028**	12.600.000.000,00	

Fonte das informações do Boletim Focus (BCB) e IBGE

Fatores de Cálculo

Descriçã Indice Nacional de Preços ao **Sigla:** IPCA

Índices Oficiais	**2023**	4.6200 %	**2024**	4.8300 %			
Previsão para:	**2025**	5.6000 %	**2026**	3.8000 %	**2027**	3.5000 %	**2028** 3.0000 %

Fonte das informações do Boletim Focus (BCB) e IBGE

Informações sobre o índice de inflação

Fatores previstos para:		**Índice de Deflação:**	
2026	5.5000 %	**2023**	1.0210 %
		2024	1.0200 %
2027	5.5000 %	**2025**	1.0000 %
		2026	1.0380 %
2028	5.0000 %	**2027**	1.0350 %
		2028	1.0300 %

Projeção da Receita (Anual)

Código	Descrição	2025	2026	2027	2028
1.0.0.0.00.0.0	Receitas Correntes	64.768.485,00	68.330.752,14	72.088.943,08	75.693.389,96
1.1.0.0.00.0.0	Impostos, Taxas e Contribuições Melhoria	4.212.460,00	4.444.145,74	4.688.573,17	4.923.001,41
1.1.1.0.00.0.0	Impostos	4.066.460,00	4.290.115,67	4.526.071,41	4.752.374,32
1.1.1.2.00.0.0	Impostos sobre o Patrimônio	609.800,00	643.339,30	678.722,32	712.657,66
1.1.1.2.50.0.0	Imp s/ Prop Pred e Terri Urb IPTU	255.000,00	269.025,26	283.820,96	298.011,25
1.1.1.2.50.0.1	Imp s/ Prop Pred e Terri Urb IPTU Princi	155.200,00	163.736,21	172.741,06	181.377,27
1.1.1.2.50.0.2	Imp s/ Prop Pred e Terri Urb IPTU MJM	16.700,00	17.618,49	18.587,50	19.516,90
1.1.1.2.50.0.3	Imp s/ Prop Pred e Terri Urb IPTU DA	25.500,00	26.902,56	28.382,16	29.801,28
1.1.1.2.50.0.4	Imp s/ Prop Pred e Terri Urb IPTU MJMDA	57.600,00	60.768,00	64.110,24	67.315,80
1.1.1.2.53.0.0	Imp s/Tr In.Viv B.Imov./D.R.Imóv ITBI	354.800,00	374.314,04	394.901,36	414.646,41
1.1.1.2.53.0.1	Imp s/T.I.Viv B.Imov.D.R.Imóv ITBI Princ	354.800,00	374.314,04	394.901,36	414.646,41
1.1.1.3.00.0.0	Imp s/ Rend e Provent Qualquer Natureza	1.016.800,00	1.072.724,08	1.131.723,90	1.188.310,14
1.1.1.3.03.0.0	Imp. s/ a Renda Retido na Fonte - IRRF	1.016.800,00	1.072.724,08	1.131.723,90	1.188.310,14
1.1.1.3.03.1.0	Imp s/ Rend Ret Font IRRF Trabalho	107.600,00	113.518,04	119.761,53	125.749,65
1.1.1.3.03.1.1	Imp s/ Rend Ret Font IRRF Trabalho Princ	107.600,00	113.518,04	119.761,53	125.749,65
1.1.1.3.03.4.0	Imp s/ Rend Ret Font IRRF Out Rend	909.200,00	959.206,04	1.011.962,37	1.062.560,49
1.1.1.3.03.4.1	Imp s/ Rend Ret Font IRRF Out Rend Princ	909.200,00	959.206,04	1.011.962,37	1.062.560,49
1.1.1.4.00.0.0	Imp s/ Prod e Circul de Mercad e Serviço	2.439.860,00	2.574.052,29	2.715.625,19	2.851.406,52
1.1.1.4.51.0.0	Impostos sobre Serviços	2.439.860,00	2.574.052,29	2.715.625,19	2.851.406,52
1.1.1.4.51.1.0	Imp. s/ Serv. Qualq. Nat.- ISSQN	2.439.860,00	2.574.052,29	2.715.625,19	2.851.406,52

Projeção da Receita (Anual)

Código	Descrição	2025	2026	2027	2028
1.1.1.4.51.1.1	Imp. s/ Serv. Qualq. Nat.- ISSQN Princ	2.424.800,00	2.558.164,04	2.698.863,08	2.833.806,21
1.1.1.4.51.1.2	Imp. s/ Serv. Qualq. Nat.- ISSQN MJM	14.500,00	15.297,52	16.138,85	16.945,85
1.1.1.4.51.1.3	Imp. s/ Serv. Qualq. Nat.- ISSQN DA	110,00	116,01	122,38	128,50
1.1.1.4.51.1.4	Imp. s/ Serv. Qualq. Nat.- ISSQN MJMDA	450,00	474,72	500,88	525,96
1.1.2.0.00.0.0	Taxas	146.000,00	154.030,07	162.501,76	170.627,09
1.1.2.1.00.0.0	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	32.000,00	33.760,06	35.616,97	37.398,01
1.1.2.1.02.0.0	Taxas Fiscalização das Telecomunicações	32.000,00	33.760,06	35.616,97	37.398,01
1.1.2.1.02.1.0	Taxa Fiscalizac Instalac TFI	1.000,00	1.054,97	1.113,05	1.168,73
1.1.2.1.02.1.1	Taxa Fiscalizac Instalac TFI - Princ	1.000,00	1.054,97	1.113,05	1.168,73
1.1.2.1.02.2.0	Taxa Fiscalizac Funcion TFF	31.000,00	32.705,09	34.503,92	36.229,28
1.1.2.1.02.2.1	Taxa Fiscalizac Funcion TFF - Princ	26.000,00	27.430,04	28.938,69	30.385,65
1.1.2.1.02.2.2	Taxa Fiscalizac Funcion TFF - M.J.Mora	2.000,00	2.110,04	2.226,09	2.337,45
1.1.2.1.02.2.3	Taxa Fiscalizac Funcion TFF - Div Ativa	1.000,00	1.054,97	1.113,05	1.168,73
1.1.2.1.02.2.4	Taxa Fiscalizac Funcion TFF - M.J.M.D.A.	2.000,00	2.110,04	2.226,09	2.337,45
1.1.2.2.00.0.0	Taxas pela Prestação de Serviços	114.000,00	120.270,01	126.884,79	133.229,08
1.1.2.2.01.0.0	Taxas pela Prestação Serviços em Geral	114.000,00	120.270,01	126.884,79	133.229,08
1.1.2.2.01.0.1	Taxas pela Prest Serv Geral Princ	91.000,00	96.004,97	101.285,22	106.349,46
1.1.2.2.01.0.2	Taxas pela Prest Serv Geral Mult Jur Mor	6.000,00	6.330,00	6.678,12	7.012,08
1.1.2.2.01.0.3	Taxas pela Prest Serv Geral Div Ativa	8.000,00	8.440,04	8.904,21	9.349,42
1.1.2.2.01.0.4	Taxas Prest Serv Geral M.J.M.Div.Ativ	9.000,00	9.495,00	10.017,24	10.518,12

Código	Descrição	2025	2026	2027	2028
1.2.0.0.00.0.0	Contribuições	919.000,00	969.544,97	1.022.869,97	1.074.013,49
1.2.4.0.00.0.0	Contrib p/ Custeio Servico Ilum Publica	919.000,00	969.544,97	1.022.869,97	1.074.013,49
1.2.4.1.00.0.0	Contrib p/ Custeio Servico Ilum Publica	919.000,00	969.544,97	1.022.869,97	1.074.013,49
1.2.4.1.50.0.0	Contrib p/ Custeio Servico Ilum Publica	919.000,00	969.544,97	1.022.869,97	1.074.013,49
1.2.4.1.50.0.1	Contrib Cust Serv Ilum Publica Princ	919.000,00	969.544,97	1.022.869,97	1.074.013,49
1.3.0.0.00.0.0	Receita Patrimonial	1.229.200,00	1.296.805,97	1.368.130,26	1.436.536,75
1.3.2.0.00.0.0	Valores Mobiliários	1.229.200,00	1.296.805,97	1.368.130,26	1.436.536,75
1.3.2.1.00.0.0	Juros e Correções Monetárias	1.229.200,00	1.296.805,97	1.368.130,26	1.436.536,75
1.3.2.1.01.0.0	Remuneração de Depósitos Bancários	1.229.200,00	1.296.805,97	1.368.130,26	1.436.536,75
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários Princ	1.229.200,00	1.296.805,97	1.368.130,26	1.436.536,75
1.5.0.0.00.0.0	Receita Industrial	35.000,00	36.925,04	38.955,92	40.903,76
1.5.1.0.00.0.0	Receita Industrial	35.000,00	36.925,04	38.955,92	40.903,76
1.5.1.1.00.0.0	Receita Industrial	35.000,00	36.925,04	38.955,92	40.903,76
1.5.1.1.01.0.0	Receita Industrial	35.000,00	36.925,04	38.955,92	40.903,76
1.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal	35.000,00	36.925,04	38.955,92	40.903,76
1.7.0.0.00.0.0	Transferências Correntes	58.372.825,00	61.583.330,42	64.970.413,76	68.218.934,55
1.7.1.0.00.0.0	Transferências da União e suas Entidades	29.523.600,00	31.147.398,06	32.860.505,15	34.503.530,56
1.7.1.1.00.0.0	Transf Decorrs Partic na Receita Uniao	22.384.600,00	23.615.752,98	24.914.619,43	26.160.350,37
1.7.1.1.51.0.0	Cota-Parte Fund Partic dos Munic FPM	21.654.000,00	22.844.970,01	24.101.443,34	25.306.515,51
1.7.1.1.51.1.0	Cota-Parte Fund Part Mun FPM Cota Mensal	19.957.600,00	21.055.267,97	22.213.307,69	23.323.973,09

Código	Descrição	2025	2026	2027	2028
1.7.1.1.51.1.1	Cota-Parte Fun Part Mun FPM Mensal Princ	19.957.600,00	21.055.267,97	22.213.307,69	23.323.973,09
1.7.1.1.51.2.0	Cota-Parte Fund Par Mu FPM Cot Extraordi	1.696.400,00	1.789.702,04	1.888.135,65	1.982.542,42
1.7.1.1.51.2.1	Cota-Parte Fund Par Mu FPM Cot Extraordi	1.696.400,00	1.789.702,04	1.888.135,65	1.982.542,42
1.7.1.1.52.0.0	Cota-Parte Imp S/ Prop Territ Rural ITR	730.600,00	770.782,97	813.176,09	853.834,86
1.7.1.1.52.0.1	Cota-Parte Imp S/ Prop Ter Rur ITR Princ	730.600,00	770.782,97	813.176,09	853.834,86
1.7.1.2.00.0.0	Transf Compens Financs Explor Rec Natura	1.720.000,00	1.814.600,08	1.914.403,02	2.010.123,19
1.7.1.2.51.0.0	Cota-parte Comp Fin Expl Rec Miner CFEM	1.433.000,00	1.511.815,04	1.594.964,85	1.674.713,13
1.7.1.2.51.0.1	Cota-parte Comp Fin Expl Rec Miner CFEM	1.433.000,00	1.511.815,04	1.594.964,85	1.674.713,13
1.7.1.2.52.0.0	Cota-parte Comp Fin pela Producao Petrol	287.000,00	302.785,04	319.438,17	335.410,06
1.7.1.2.52.4.0	Cota-Parte Fund Especial Petroleo FEP	287.000,00	302.785,04	319.438,17	335.410,06
1.7.1.2.52.4.1	Cota-Parte Fund Especial Petroleo FEP Pr	287.000,00	302.785,04	319.438,17	335.410,06
1.7.1.3.00.0.0	Transf Recur Sistema Unico Saude SUS	3.549.000,00	3.744.194,91	3.950.125,71	4.147.632,15
1.7.1.3.50.0.0	Transf Rec SUS RF.Fund Bl Manut ASPS	3.549.000,00	3.744.194,91	3.950.125,71	4.147.632,15
1.7.1.3.50.1.0	Transf Rec Bl Manut ASPS Aten Primaria	2.593.000,00	2.735.614,97	2.886.073,85	3.030.377,57
1.7.1.3.50.1.1	Transf Rec Bl Man Red SPS Aten Prim.Pri	2.593.000,00	2.735.614,97	2.886.073,85	3.030.377,57
1.7.1.3.50.2.0	Transf Rec Bl Manut ASPS Aten Especi	127.000,00	133.984,97	141.354,17	148.421,93
1.7.1.3.50.2.1	Transf Rec Bl Manut ASPS Aten Espec Prin	127.000,00	133.984,97	141.354,17	148.421,93
1.7.1.3.50.3.0	Transf Rec Bl Manut ASPS Vig Saude	276.000,00	291.180,00	307.194,96	322.554,72
1.7.1.3.50.3.1	Transf Rec Bl Manut ASPS Vig Saude Princ	276.000,00	291.180,00	307.194,96	322.554,72
1.7.1.3.50.4.0	Transf Rec Bl Manut ASPS Ass Farmac	93.000,00	98.115,00	103.511,28	108.686,88

Projeção da Receita (Anual)

Código	Descrição	2025	2026	2027	2028
1.7.1.3.50.4.1	Transf Rec Bl Manut Red SPS Ass Farmac	93.000,00	98.115,00	103.511,28	108.686,88
1.7.1.3.50.5.0	Transf Rec Bl Manut ASPS Gestao SUS	460.000,00	485.299,97	511.991,45	537.591,05
1.7.1.3.50.5.1	Transf Rec Bl Manut ASPS Gestao SUS Prin	460.000,00	485.299,97	511.991,45	537.591,05
1.7.1.4.00.0.0	Transf Rec Fund Nac Desenvol Educac FNDE	1.387.000,00	1.463.285,08	1.543.765,74	1.620.954,07
1.7.1.4.50.0.0	Transferências do Salário-Educação	555.000,00	585.525,00	617.728,92	648.615,36
1.7.1.4.50.0.1	Transf do Salario-Educacao Princ	555.000,00	585.525,00	617.728,92	648.615,36
1.7.1.4.52.0.0	Transf ref Prog Nac Alimen Escolar PNAE	161.000,00	169.855,04	179.197,05	188.156,86
1.7.1.4.52.0.1	Transf Prog Nac Alim Escolar PNAE Princ	161.000,00	169.855,04	179.197,05	188.156,86
1.7.1.4.53.0.0	Transf Prog Nac Apoio Transp Escol PNATE	47.000,00	49.585,04	52.312,17	54.927,81
1.7.1.4.53.0.1	Transf Prog Nac Transp Esc PNATE Princ	47.000,00	49.585,04	52.312,17	54.927,81
1.7.1.4.99.0.0	Out Transf Dir Fund Nac Desenv Educ FNDE	624.000,00	658.320,00	694.527,60	729.254,04
1.7.1.4.99.0.1	Out Transf Dir Fund Nac Desenv Educ FNDE	624.000,00	658.320,00	694.527,60	729.254,04
1.7.1.5.00.0.0	Transf. Rec de Compl. da União ao FUNDEB	44.000,00	46.420,04	48.973,16	51.421,77
1.7.1.5.52.0.0	Transf Rec Complem Uniao ao Fundeb VAAR	44.000,00	46.420,04	48.973,16	51.421,77
1.7.1.5.52.0.1	Transf Rec Compl Uniao Fundeb VAAR Princ	44.000,00	46.420,04	48.973,16	51.421,77
1.7.1.6.00.0.0	Transf Rec Fund Nac Assist Social FNAS	247.000,00	260.584,97	274.917,17	288.663,05
1.7.1.6.50.0.0	Transf Rec Fund Nac Assist Social FNAS	247.000,00	260.584,97	274.917,17	288.663,05
1.7.1.6.50.0.1	Transf Rec Fund Nac Ass Soci FNAS Princ	247.000,00	260.584,97	274.917,17	288.663,05
1.7.1.9.00.0.0	Outras Transf Recu Uniao e suas Entid	192.000,00	202.560,00	213.700,92	224.385,96
1.7.1.9.58.0.0	Transf Obrig Decorr Lei Comp n° 176/2020	108.000,00	113.940,00	120.206,76	126.217,08

Código	Descrição	2025	2026	2027	2028
1.7.1.9.58.0.1	Transf Obrig Decorr LC n° 176/2020 Princ	108.000,00	113.940,00	120.206,76	126.217,08
1.7.1.9.60.0.0	Transf.Pol. Nac Aldir Blanc Fomento Cult	84.000,00	88.620,00	93.494,16	98.168,88
1.7.1.9.60.0.1	Transf.Pol. Nac Aldir Blanc Fomento Cult	84.000,00	88.620,00	93.494,16	98.168,88
1.7.2.0.00.0.0	Transf Estad e Distrito Fed e suas Entid	20.400.225,00	21.522.237,39	22.705.960,48	23.841.258,42
1.7.2.1.00.0.0	Partic na Receita Estados Distrito Fed	18.876.225,00	19.914.417,38	21.009.710,42	22.060.195,94
1.7.2.1.50.0.0	Cota-Parte do ICMS	16.495.000,00	17.402.224,97	18.359.347,37	19.277.314,73
1.7.2.1.50.0.1	Cota-Parte do ICMS - Principal	16.495.000,00	17.402.224,97	18.359.347,37	19.277.314,73
1.7.2.1.51.0.0	Cota-Parte do IPVA	2.168.700,00	2.287.978,56	2.413.817,40	2.534.508,24
1.7.2.1.51.0.1	Cota-Parte do IPVA - Principal	2.168.700,00	2.287.978,56	2.413.817,40	2.534.508,24
1.7.2.1.52.0.0	Cota-Parte do IPI - Municípios	199.525,00	210.498,88	222.076,36	233.180,20
1.7.2.1.52.0.1	Cota-Parte IPI Municipios Princ	199.525,00	210.498,88	222.076,36	233.180,20
1.7.2.1.53.0.0	Cota-Parte Contrib Interv Dominio Econ	13.000,00	13.714,97	14.469,29	15.192,77
1.7.2.1.53.0.1	Cota-Parte Contrib Interv Dom Econ Princ	13.000,00	13.714,97	14.469,29	15.192,77
1.7.2.3.00.0.0	Transf Recur Sistema Unico Saude SUS	700.000,00	738.499,97	779.117,45	818.073,30
1.7.2.3.50.0.0	Transf Recur Sistema Unico Saude SUS	700.000,00	738.499,97	779.117,45	818.073,30
1.7.2.3.50.0.1	Transf Rec Sistema Unico Saude SUS Princ	700.000,00	738.499,97	779.117,45	818.073,30
1.7.2.9.00.0.0	Outras Transfer dos Estados Distrito Fed	824.000,00	869.320,04	917.132,61	962.989,18
1.7.2.9.51.0.0	Transf Estados destin Assist Social	57.000,00	60.135,00	63.442,44	66.614,52
1.7.2.9.51.0.1	Transf Estados dest Assist Social Princ	57.000,00	60.135,00	63.442,44	66.614,52
1.7.2.9.52.0.0	Transf Recu Destin Progs Educacao	767.000,00	809.185,04	853.690,17	896.374,66

Projeção da Receita (Anual)

Código	Descrição	2025	2026	2027	2028
1.7.2.9.52.0.1	Transf Recu Destin Progs Educacao Princ	767.000,00	809.185,04	853.690,17	896.374,66
1.7.5.0.00.0.0	Transf Outras Instituicoes Publicas	8.449.000,00	8.913.694,97	9.403.948,13	9.874.145,57
1.7.5.1.00.0.0	Transferências Recursos do FUNDEB	8.349.000,00	8.808.195,00	9.292.645,68	9.757.278,00
1.7.5.1.50.0.0	Transferências Recursos do FUNDEB	8.349.000,00	8.808.195,00	9.292.645,68	9.757.278,00
1.7.5.1.50.0.1	Transferências Recursos do FUNDEB Princ	8.349.000,00	8.808.195,00	9.292.645,68	9.757.278,00
1.7.5.9.00.0.0	Demais Transf Outras Instituicoes Public	100.000,00	105.499,97	111.302,45	116.867,57
1.7.5.9.99.0.0	Demais Transf Outras Instit Public	100.000,00	105.499,97	111.302,45	116.867,57
1.7.5.9.99.0.1	Demais Transf Outras Instit Public Princ	100.000,00	105.499,97	111.302,45	116.867,57
2.0.0.0.00.0.0	Receitas de Capital	8.579.749,95	9.051.636,17	9.549.476,22	10.026.950,10
2.4.0.0.00.0.0	Transferências de Capital	8.579.749,95	9.051.636,17	9.549.476,22	10.026.950,10
2.4.1.0.00.0.0	Transferências da União e suas Entidades	8.579.749,95	9.051.636,17	9.549.476,22	10.026.950,10
2.4.1.4.00.0.0	Transf Conv da Uniao e suas Entid	8.579.749,95	9.051.636,17	9.549.476,22	10.026.950,10
2.4.1.4.50.0.0	Transf Conv Uniao p/Sist Unico Saude SUS	2.435.976,95	2.569.955,64	2.711.303,17	2.846.868,37
2.4.1.4.50.0.1	Transf Conv Uniao Sist Un Saud SUS Princ	2.435.976,95	2.569.955,64	2.711.303,17	2.846.868,37
2.4.1.4.54.0.0	Transf Conv Uniao Prog Infraest Transpor	5.743.773,00	6.059.680,56	6.392.963,04	6.712.611,24
2.4.1.4.54.0.1	Transf Conv Uniao Prog Infr Transp Princ	5.743.773,00	6.059.680,56	6.392.963,04	6.712.611,24
2.4.1.4.99.0.0	Outras Transf Conv Uniao e Suas Entid	400.000,00	421.999,97	445.210,01	467.470,49
2.4.1.4.99.0.1	Outras Transf Conv Uniao e Entid Princ	400.000,00	421.999,97	445.210,01	467.470,49
90.0.0.0.0.00.0.0	DEDUÇÕES DA RECEITA	-7.922.285,00	-8.358.011,00	-8.817.701,51	-9.258.586,57
91.0.0.0.0.00.0.0	RENÚNCIA	-12.000,00	-12.660,12	-13.356,37	-14.024,18

Projeção da Receita (Anual)

Código	Descrição	2025	2026	2027	2028
91.1.0.0.0.00.0.0	Dedução Receitas Correntes	-12.000,00	-12.660,12	-13.356,37	-14.024,18
91.1.1.0.0.00.0.0	Dedu. Imp., Tax. e Contrib. de Melhoria	-12.000,00	-12.660,12	-13.356,37	-14.024,18
91.1.1.1.0.00.0.0	Dedução Impostos	-12.000,00	-12.660,12	-13.356,37	-14.024,18
91.1.1.1.2.00.0.0	Dedução Impostos sobre o Patrimônio	-11.974,68	-12.633,36	-13.328,17	-13.994,54
91.1.1.1.2.50.0.0	Dedução Imp s/ Prop Pred e Terri Urb IPT	-11.974,68	-12.633,36	-13.328,17	-13.994,54
91.1.1.1.2.50.0.1	Dedução Imp s/ Prop Pred e Terri Urb IPT	-8.733,41	-9.213,77	-9.720,53	-10.206,53
91.1.1.1.2.50.0.4	Dedução Imp s/ Prop Pred e Terri Urb IPT	-3.241,27	-3.419,59	-3.607,64	-3.788,01
91.1.1.1.4.00.0.0	Dedução Imp s/ Prod e Circul de Mercad e	-25,32	-26,76	-28,20	-29,64
91.1.1.1.4.51.0.0	Dedução Impostos sobre Serviços	-25,32	-26,76	-28,20	-29,64
91.1.1.1.4.51.1.0	Dedução Imp. s/ Serv. Qualq. Nat.- ISSQN	-25,32	-26,76	-28,20	-29,64
91.1.1.1.4.51.1.4	Dedução Imp. s/ Serv. Qualq. Nat.- ISSQN	-25,32	-26,76	-28,20	-29,64
95.0.0.0.0.00.0.0	FUNDEB	-7.910.285,00	-8.345.350,88	-8.804.345,14	-9.244.562,39
95.1.0.0.0.00.0.0	Dedução Receitas Correntes	-7.910.285,00	-8.345.350,88	-8.804.345,14	-9.244.562,39
95.1.7.0.0.00.0.0	Dedução Transferências Correntes	-7.910.285,00	-8.345.350,88	-8.804.345,14	-9.244.562,39
95.1.7.1.0.00.0.0	Dedu. Transf. União e de suas Entidades	-4.137.640,00	-4.365.210,28	-4.605.296,82	-4.835.561,70
95.1.7.1.1.00.0.0	Dedu. Cota-Parte Part Uniao	-4.137.640,00	-4.365.210,28	-4.605.296,82	-4.835.561,70
95.1.7.1.1.51.0.0	Dedu. Cota-Parte do F.P.M.	-3.991.520,00	-4.211.053,64	-4.442.661,57	-4.664.794,65
95.1.7.1.1.51.1.0	Dedu. Cota-Parte do F.P.M.Cota Mensal	-3.991.520,00	-4.211.053,64	-4.442.661,57	-4.664.794,65
95.1.7.1.1.51.1.1	Dedu. Cota-Parte do F.P.M. Mensal Princ.	-3.991.520,00	-4.211.053,64	-4.442.661,57	-4.664.794,65
95.1.7.1.1.52.0.0	Dedu. Cota-Parte do I.P.T. Rural -Princ.	-146.120,00	-154.156,64	-162.635,25	-170.767,05

Código	Descrição	2025	2026	2027	2028
95.1.7.1.1.52.0.1	Dedu. Cota-Parte do I.P.T. Rural -Princ.	-146.120,00	-154.156,64	-162.635,25	-170.767,05
95.1.7.2.0.00.0.0	Dedu. Transf. Estados e DF e Entidades	-3.772.645,00	-3.980.140,60	-4.199.048,32	-4.409.000,69
95.1.7.2.1.00.0.0	Dedução Part. Receita Estado	-3.772.645,00	-3.980.140,60	-4.199.048,32	-4.409.000,69
95.1.7.2.1.50.0.0	Dedução Cota-Parte do ICMS - Principal	-3.299.000,00	-3.480.445,04	-3.671.869,52	-3.855.463,04
95.1.7.2.1.50.0.1	Dedução Cota-Parte do ICMS - Principal	-3.299.000,00	-3.480.445,04	-3.671.869,52	-3.855.463,04
95.1.7.2.1.51.0.0	Dedução Cota-Parte do IPVA - Principal	-433.740,00	-457.595,76	-482.763,48	-506.901,60
95.1.7.2.1.51.0.1	Dedução Cota-Parte do IPVA - Principal	-433.740,00	-457.595,76	-482.763,48	-506.901,60
95.1.7.2.1.52.0.0	Dedu. Cota-Parte do IPI - Mun.	-39.905,00	-42.099,80	-44.415,32	-46.636,05
95.1.7.2.1.52.0.1	Dedu. Cota-Parte do IPI - Mun. - Princ.	-39.905,00	-42.099,80	-44.415,32	-46.636,05
	Totais:	**65.425.949,95**	**69.024.377,31**	**72.820.717,79**	**76.461.753,49**

Projeção da Despesa (Anual)

Código	Descrição	2025	2026	2027	2028
3.0.00.00.00	Despesas Correntes	53.040.452,14	55.957.677,16	59.035.349,05	61.987.116,38
3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	27.213.143,53	28.709.866,53	30.288.909,08	31.803.354,66
3.1.71.00.00	Transf. Consórcios Públicos Med.Cont.Rat	125.000,00	131.875,03	139.128,18	146.084,58
3.1.71.70.00	Rateio pela Particip. Consórcio Público	125.000,00	131.875,03	139.128,18	146.084,58
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	27.088.143,53	28.577.991,50	30.149.780,90	31.657.270,08
3.1.90.01.00	Aposentadorias Res.Rem. e Reforma	20.000,00	21.100,03	22.260,55	23.373,55
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	5.117.739,73	5.399.215,45	5.696.172,25	5.980.980,85
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil	16.936.510,00	17.868.018,04	18.850.759,00	19.793.296,96
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	4.690.343,80	4.948.312,72	5.220.469,96	5.481.493,48
3.1.90.16.00	Outras Despesas Variáveis -Pessoal Civil	1.550,00	1.635,20	1.725,08	1.811,36
3.1.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores	2.000,00	2.110,03	2.226,07	2.337,42
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas	290.000,00	305.950,03	322.777,27	338.916,18
3.1.90.96.00	Ressarc. Despesas Pessoal Requisitado	30.000,00	31.650,00	33.390,72	35.060,28
3.2.00.00.00	Juros e Encargos da Divída	200.000,00	211.000,03	222.604,99	233.735,23
3.2.90.00.00	Aplicações Diretas	200.000,00	211.000,03	222.604,99	233.735,23
3.2.90.21.00	Juros Sobre Dívida Por Contrato	200.000,00	211.000,03	222.604,99	233.735,23
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	25.627.308,61	27.036.810,60	28.523.834,98	29.950.026,49
3.3.30.00.00	Transf. a Estados e ao Distrito Federal	70.000,00	73.849,97	77.911,73	81.807,29
3.3.30.41.00	Contribuições	70.000,00	73.849,97	77.911,73	81.807,29
3.3.50.00.00	Transf.Instit.Privadas S/Fins Lucrativos	846.463,42	893.018,86	942.134,86	989.241,58

Código	Descrição	2025	2026	2027	2028
3.3.50.41.00	Contribuições	351.836,24	371.187,20	391.602,44	411.182,60
3.3.50.42.00	Auxílios	99.627,18	105.106,63	110.887,51	116.431,87
3.3.50.43.00	Subvenções Sociais	395.000,00	416.725,03	439.644,91	461.627,11
3.3.70.00.00	Transf. Inst. Multigovernamentais	104.000,00	109.720,03	115.754,59	121.542,31
3.3.70.41.00	Contribuições	104.000,00	109.720,03	115.754,59	121.542,31
3.3.71.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	85.000,00	89.674,97	94.607,09	99.337,49
3.3.71.70.00	Rateio pela Particip. Consórcio Público	85.000,00	89.674,97	94.607,09	99.337,49
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	24.051.845,19	25.374.696,74	26.770.304,89	28.108.819,96
3.3.90.14.00	Diárias - Pessoal Civil	442.550,00	466.890,20	492.569,12	517.197,56
3.3.90.30.00	Material de Consumo	6.168.608,55	6.507.882,03	6.865.815,51	7.209.106,24
3.3.90.31.00	Premiação Cult.,Artíst.,Científ.Desport.	157.100,00	165.740,48	174.856,16	183.599,00
3.3.90.32.00	Material, Bem ou Serviço p/Dist.Gratuita	362.800,00	382.753,97	403.805,45	423.995,70
3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção	9.050,00	9.547,76	10.072,88	10.576,52
3.3.90.35.00	Serviços de Consultoria	566.100,00	597.235,56	630.083,52	661.587,72
3.3.90.36.00	Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física	1.584.760,00	1.671.921,77	1.763.877,42	1.852.071,30
3.3.90.39.00	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	11.999.190,00	12.659.145,48	13.355.398,44	14.023.168,32
3.3.90.40.00	Serv. de TI e Comunicação - PJ	516.800,00	545.224,03	575.211,31	603.971,83
3.3.90.46.00	Auxílio-alimentação	1.159.000,00	1.222.744,97	1.289.995,97	1.354.495,74
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	513.800,00	542.059,03	571.872,30	600.465,90
3.3.90.48.00	Outros Auxílios Financ. Pessoas Físicas	129.800,00	136.939,03	144.470,70	151.694,22

Código	Descrição	2025	2026	2027	2028
3.3.90.91.00	Sentenças Judiciais	276.100,00	291.285,52	307.306,24	322.671,52
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores	15.386,64	16.232,88	17.125,68	17.982,00
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições	150.800,00	159.094,03	167.844,19	176.236,39
3.3.93.00.00	Aplic.Direta Dec. Oper.Ó. Fundos e Ent.	470.000,00	495.850,03	523.121,82	549.277,86
3.3.93.39.00	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	470.000,00	495.850,03	523.121,82	549.277,86
4.0.00.00.00	Despesas de Capital	11.921.997,84	12.577.707,63	13.269.481,59	13.932.955,60
4.4.00.00.00	Investimentos	11.551.997,84	12.187.357,66	12.857.662,41	13.500.545,49
4.4.71.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	16.000,00	16.879,97	17.808,41	18.698,81
4.4.71.70.00	Rateio pela Particip. Consórcio Público	16.000,00	16.879,97	17.808,41	18.698,81
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	11.535.997,84	12.170.477,69	12.839.854,00	13.481.846,68
4.4.90.51.00	Obras e Instalações	10.092.633,63	10.647.728,44	11.233.353,52	11.795.021,20
4.4.90.52.00	Equipamento e Material Permanente	1.338.364,21	1.411.974,25	1.489.632,85	1.564.114,45
4.4.90.61.00	Aquisição de Imóveis	100.000,00	105.499,97	111.302,45	116.867,57
4.4.90.93.00	Indenizações e Restituições	5.000,00	5.275,03	5.565,18	5.843,46
4.6.00.00.00	Amortização da Dívida	370.000,00	390.349,97	411.819,18	432.410,11
4.6.90.00.00	Aplicações Diretas	370.000,00	390.349,97	411.819,18	432.410,11
4.6.90.71.00	Principal da Dívida Contratual Resgatado	370.000,00	390.349,97	411.819,18	432.410,11
9.0.00.00.00	Reserva Contingência ou Reserva do RPPS	463.499,97	488.992,52	515.887,15	541.681,51
9.9.00.00.00	Reserva Contingência ou Reserva do RPPS	463.499,97	488.992,52	515.887,15	541.681,51
9.9.99.00.00	Reserva Contingência ou Reserva do RPPS	463.499,97	488.992,52	515.887,15	541.681,51

Código	Descrição	2025	2026	2027	2028
9.9.99.99.00	Reserva Contingência ou Reserva do RPPS	463.499,97	488.992,52	515.887,15	541.681,51
	Totais:	**65.425.949,95**	**69.024.377,31**	**72.820.717,79**	**76.461.753,49**

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL
MUNICIPIO: LAGOA GRANDE
UF: MINAS GERAIS

PROJEÇÃO DA DIVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA e RESULTADO NOMINAL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
Exercicio de2026

FOLHA: 1

R$ unidade

Divida Consolidada Líquida 2022 -12.521.704,60 Exercicios

Especificação	2023 (b)	2024 (c)		2025 (d)	2026 (e)	2027 (f)	2028 (g)
		Previsto	Realizado (cr)				
Dívida Consolidada (I)	775.742,41	813.210,77	275.263,06	290.677,79	301.723,55	312.283,87	321.652,39
Deduções(II)	15.819.173,05	16.583.239,11	14.945.156,96	15.782.085,75	16.381.805,01	16.955.168,18	17.463.823,23
Ativo Disponível	18.195.275,47	19.074.107,28	15.124.895,06	15.971.889,18	16.578.820,97	17.159.079,71	17.673.852,10
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	2.376.102,42	2.490.868,17	179.738,10	189.803,43	197.015,96	203.911,52	210.028,87
Dívida Consolidada Líquida (III)=(I)-(II)	-15.043.430,64	-15.770.028,34	-14.669.893,90	-15.491.407,96	-16.080.081,46	-16.642.884,31	-17.142.170,84
Receitas de Privatizações(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida (III + IV- V)	-15.043.430,64	-15.770.028,34	-14.669.893,90	-15.491.407,96	-16.080.081,46	-16.642.884,31	-17.142.170,84
Receitas Primárias advindas de PPP (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VIII) = (VI -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Corrente Líquida - RCL	46.567.258,32	48.816.456,90	53.935.285,06	56.955.661,02	59.119.976,14	61.189.175,31	63.024.850,57
Resultado Primário (IX)	2.380.988,35	2.495.990,09	-3.977.209,49	-4.199.933,22	-4.359.530,68	-4.512.114,26	-4.647.477,69
Juros e Encargos Ativos (X)	1.785.577,12	1.871.820,49	1.555.294,19	1.642.390,66	1.704.801,51	1.764.469,56	1.817.403,65
Juros e Encargos Passivos (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Nominal - acima da linha (XII)	4.166.565,47	4.367.810,58	-2.421.915,30	-2.557.542,56	-2.654.729,17	-2.747.644,70	-2.830.074,04
Resultado Nominal - abaixo da linha	-2.521.726,04	-726.597,70	373.536,74	278.620,38	-588.673,50	-562.802,85	-499.286,53
Resultado Nominal Ajustado - abaixo da	3.201.398,17	3.356.025,70	-176.268,11	-186.139,12	-193.212,41	-199.974,85	-205.974,09
Inflação	0,00	4,83	0,00	5,60	3,80	3,50	3,00

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º , §2º, inciso I)

Especificação	2026				2027				2028			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB x	% RCL (a/RCL x 100)	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x	% RCL (a/RCL) x 100	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x	% RCL (a/RCL) x 100
RECEITAS PRIMÁRIAS												
Total das Receitas Correntes	59.972.741,14	57.777.207,26	0,49	101,44	63.271.241,57	61.131.634,37	0,51	103,40	66.434.803,39	64.499.809,00	0,48	105,41
(-) Valores Mobiliários	1.296.805,97	1.249.331,38	0,01	2,19	1.368.130,26	1.321.864,99	0,01	2,24	1.436.536,75	1.394.696,00	0,01	2,28
(+) Total das Receitas de Capital	**9.051.636,17**	**8.720.266,06**	**0,08**	**15,31**	**9.549.476,22**	**9.226.547,07**	**0,08**	**15,61**	**10.026.950,10**	**9.734.903,00**	**0,07**	**15,91**
(-) Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das receitas primárias (I)	**67.727.571,34**	**65.248.141,94**	**0,56**	**114,56**	**71.452.587,53**	**69.036.316,45**	**0,55**	**116,77**	**75.025.216,74**	**72.840.016,26**	**0,54**	**119,04**
DESPESAS PRIMÁRIAS												
Total das Despesas Correntes	55.957.677,16	53.909.130,21	0,46	94,65	59.035.349,05	57.038.984,59	0,48	96,48	61.987.116,38	60.181.666,00	0,44	98,35
(-) Juros e Encargos da Divída	211.000,03	203.275,56	0,00	0,36	222.604,99	215.077,29	0,00	0,36	233.735,23	226.927,00	0,00	0,37
(+) Total das Despesas de Capital	**12.577.707,63**	**12.117.252,05**	**0,10**	**21,28**	**13.269.481,59**	**12.820.755,16**	**0,11**	**21,69**	**13.932.955,60**	**13.527.141,00**	**0,10**	**22,11**
(-) Amortização da Dívida	390.349,97	376.059,70	0,00	0,66	411.819,18	397.892,93	0,00	0,67	432.410,11	419.816,00	0,00	0,69
(+) Reserva Contingência ou Reserva do RPPS	488.992,52	471.091,06	0,00	0,83	515.887,15	498.441,69	0,00	0,84	541.681,51	525.904,00	0,00	0,86
Total das despesas primárias (II)	**68.423.027,31**	**65.918.138,06**	**0,56**	**115,74**	**72.186.293,62**	**69.745.211,22**	**0,55**	**117,97**	**75.795.608,15**	**73.587.969,08**	**0,54**	**120,26**

Resultado Primário (III) = (I - II)	**-695.455,97**	**-669.996,12**	**-0,01**	**-1,18**	**-733.706,09**	**-708.894,77**	**-0,01**	**-1,20**	**-770.391,41**	**-747.952,83**	**-0,01**	**-1,22**
Resultado Nominal - abaixo da linha	-588.673,50	-567.122,83	-0,00	-1,00	-562.802,85	-543.770,87	-0,00	-0,92	-499.286,53	-484.744,20	-0,00	-0,79
Dívida Consolidada (I)	301.723,55	290.677,79	0,00	0,51	312.283,87	301.723,55	0,00	0,51	321.652,39	312.283,87	0,00	0,51
Dívida Consolidada Líquida (III)=(I)-(II)	-16.080.081,46	-15.491.407,96	-0,13	-27,20	-16.642.884,31	-16.080.081,46	-0,13	-27,20	-17.142.170,84	-16.642.884,31	-0,13	-27,20
Parceiros públicos Privados												
Receitas Primárias advindas de PPP (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VIII) = (VI - VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Variáveis	Exercícios		
	2026	2027	2028
Inflação média (% anual) projetada c/ base em indice oficial*	3,80	3,50	3,00
Crescimento do PIB - Fonte: FJP- Fundação João Pinheiro/IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica	1,70	2,00	2,00
Projeção do PIB:	12.137.000.000,00	12.380.000.000,00	12.600.000.000,00
Receita Corrente Líquida	59.119.976,14	61.189.175,31	63.024.850,57

Metodologia de cálculo dos valores constantes	Ano de 2026 = valores correntes divididos por...	1,0380
	Ano de 2027 = valores correntes divididos por ...	1,0350
	Ano de 2028 = valores correntes divididos por ...	1,0300

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º , §2º, inciso I) R$ 1,00

Especificação	Metas Previstas			Metas Realizadas			Variação	
	2024 (a)	% PIB	% RCL	2024 (b)	% PIB	% RCL	Valor	%
RECEITAS PRIMÁRIAS								
Total Receitas Correntes	46.839.000,00	0,47	98,65	46.839.000,00	0,45	98,65	0,00	0,00
(-) Valores Mobiliários	358.000,00	0,00	0,66	358.000,00	0,00	0,66	0,00	0,00
(+) Total das receitas de capital	**21.630.773,00**	**0,19**	**40,11**	**21.630.773,00**	**0,18**	**40,11**	**0,00**	**0,00**
(-) Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Total de receitas primárias (I)	**68.111.773,00**	**0,60**	**139,53**	**68.111.773,00**	**0,58**	**126,28**	**0,00**	**0,00**
DESPESAS PRIMÁRIAS								
Total Despesas Correntes	43.341.036,08	0,38	80,16	43.341.036,08	0,37	80,16	0,00	0,00
(-) Juros e Encargos da Divída	52.222,11	0,00	0,10	52.222,11	0,00	0,10	0,00	0,00
(+) Total despesas de capital	**25.128.736,92**	**0,22**	**46,59**	**25.128.736,92**	**0,21**	**46,59**	**0,00**	**0,00**
(-) Amortização da Dívida	137.000,00	0,00	0,25	137.000,00	0,00	0,25	0,00	0,00
(+) Reserva Contingência ou Reserva do RPPS	108.663,16	0,00	0,20	108.663,16	0,00	0,20	0,00	0,00
(+) Total de despesas primárias (II)	**68.389.214,05**	**0,61**	**140,09**	**68.389.214,05**	**0,58**	**126,80**	**0,00**	**0,00**

RESULTADO PRIMÁRIO(III)=(I-II)	**-277.441,05**	**-0,00**	**-0,51**	**-277.441,05**	**-0,00**	**-0,51**	**-0,00**	**0,00**
Dívida Consolidada (I)	813.210,77	0,01	1,51	275.263,06	0,00	0,51	537.947,71	66,15
Dívida Consolidada Líquida (III)=(I)-(II)	-15.770.028,34	-0,14	-29,24	-14.669.893,90	-0,13	-27,20	-1.100.134,44	6,98
Resultado Nominal - abaixo da linha	-726.597,70	-0,01	-1,35	373.536,74	0,00	0,69	-1.100.134,44	151,41

Fonte:

	Previsão	Realizado	Variação
*Valores PIB no exercício de 2024	11.300.000.000,00	11.700.000.000,00	400.000.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL	48.816.456,90	53.935.285,06	-5.118.828,16

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL
MUNICIPIO: LAGOA GRANDE
UF: MINAS GERAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRES EXERCÍCIOS ANTERIORES

FOLHA: 1

EXERCÍCIO DE 2026

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º , §2º,

Especificação	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
RECEITAS PRIMÁRIAS											
Total das Receitas Correntes	41.000.000,00	46.839.000,00	14,00	56.846.200,00	21,00	59.972.741,14	6,00	63.271.241,57	5,00	66.434.803,39	5,00
(-) Valores Mobiliários	123.300,00	358.000,00	190,00	1.229.200,00	243,00	1.296.805,97	5,00	1.368.130,26	5,00	1.436.536,75	5,00
(+) Total das Receitas de Capital	**10.648.400,00**	**21.630.773,00**	**103,00**	**8.579.749,95**	**-60,00**	**9.051.636,17**	**5,00**	**9.549.476,22**	**6,00**	**10.026.950,10**	**5,00**
(-) Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das receitas primárias (I)	**51.525.100,00**	**68.111.773,00**	**32,19**	**64.196.749,95**	**-5,75**	**67.727.571,34**	**5,50**	**71.452.587,53**	**5,50**	**75.025.216,74**	**5,00**
DESPESAS PRIMÁRIAS											
Total das Despesas Correntes	37.147.025,74	43.232.372,92	16,00	53.040.452,14	23,00	55.957.677,16	6,00	59.035.349,05	5,00	61.987.116,38	5,00
(-) Juros e Encargos da Divída	42.000,00	52.222,11	24,00	200.000,00	283,00	211.000,03	6,00	222.604,99	5,00	233.735,23	5,00
(+) Total das Despesas de	**14.419.374,26**	**25.128.736,92**	**74,00**	**11.921.997,84**	**-53,00**	**12.577.707,63**	**5,00**	**13.269.481,59**	**6,00**	**13.932.955,60**	**5,00**
(-) Amortização da Dívida	137.000,00	137.000,00	0,00	370.000,00	170,00	390.349,97	5,00	411.819,18	5,00	432.410,11	5,00
(+) Reserva Contingência ou Reserva do RPPS	82.000,00	108.663,16	33,00	463.499,97	327,00	488.992,52	6,00	515.887,15	6,00	541.681,51	5,00
Total das despesas primárias (II)	**51.469.400,00**	**68.280.550,89**	**32,66**	**64.855.949,95**	**-5,02**	**68.423.027,31**	**5,50**	**72.186.293,62**	**5,50**	**75.795.608,15**	**4,25**
Resultado Primário (III) = (I - II)	**55.700,00**	**-168.777,89**	**0,00**	**-659.200,00**	**-1.283,48**	**-695.455,97**	**5,50**	**-733.706,09**	**5,50**	**-770.391,41**	**5,00**

Resultado Nominal - abaixo da linha	-2.521.726,04	373.536,74	-114,81	278.620,38	-25,41	-588.673,50	-311,28	-562.802,85	-4,39	-499.286,53	-11,29
Dívida Consolidada (I)	775.742,41	275.263,06	-64,52	290.677,79	5,60	301.723,55	3,80	312.283,87	3,50	321.652,39	3,00
Dívida Consolidada Líquida (III)=(I)-(II)	-15.043.430,64	-14.669.893,90	-2,48	-15.491.407,96	5,60	-16.080.081,46	3,80	-16.642.884,31	3,50	-17.142.170,84	3,00

Especificação	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
RECEITAS PRIMÁRIAS											
Total das Receitas Correntes	41.861.000,00	47.775.780,00	14,13	56.846.200,00	18,99	57.777.207,26	1,64	61.131.634,37	5,81	64.499.809,12	5,51
(-) Valores Mobiliários	125.889,30	365.160,00	190,06	1.229.200,00	236,62	1.249.331,38	1,64	1.321.864,99	5,81	1.394.695,87	5,51
(+) Total das Receitas de Capital	**10.872.016,40**	**22.063.388,46**	**102,94**	**8.579.749,95**	**-61,11**	**8.720.266,06**	**1,64**	**9.226.547,07**	**5,81**	**9.734.903,01**	**5,51**
(-) Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das receitas primárias (I)	**52.607.127,10**	**69.474.008,46**	**32,06**	**64.196.749,95**	**-7,60**	**65.248.141,95**	**1,64**	**69.036.316,45**	**5,81**	**72.840.016,25**	**5,51**
DESPESAS PRIMÁRIAS											
Total das Despesas Correntes	37.927.113,28	44.097.020,38	16,27	53.040.452,14	20,28	53.909.130,21	1,64	57.038.984,59	5,81	60.181.666,39	5,51
(-) Juros e Encargos da Divída	42.882,00	53.266,55	24,22	200.000,00	275,47	203.275,56	1,64	215.077,28	5,81	226.927,41	5,51
(+) Total das Despesas de Capital	**14.722.181,12**	**25.631.311,66**	**74,10**	**11.921.997,84**	**-53,49**	**12.117.252,05**	**1,64**	**12.820.755,16**	**5,81**	**13.527.141,36**	**5,51**
(-) Amortização da Dívida	139.877,00	139.740,00	0,10	370.000,00	164,78	376.059,70	1,64	397.892,93	5,81	419.815,64	5,51
(+) Reserva Contingência ou Reserva do RPPS	83.722,00	110.836,42	32,39	463.499,97	318,18	471.091,06	1,64	498.441,69	5,81	525.904,38	5,51
Total das despesas primárias (II)	**52.550.257,40**	**69.646.161,91**	**32,53**	**64.855.949,95**	**-6,88**	**65.918.138,06**	**1,64**	**69.745.211,23**	**5,81**	**73.587.969,08**	**4,76**
Resultado Primário (III) = (I - II)	**56.869,70**	**-172.153,45**	**-402,72**	**-659.200,00**	**282,91**	**-669.996,12**	**1,64**	**-708.894,77**	**5,81**	**-747.952,83**	**5,51**

Resultado Nominal - abaixo da linha	-2.574.596,55	381.007,47	-117,11	278.620,38	-25,41	-567.122,83	-299,89	-543.770,87	-4,25	-484.744,20	-10,96
Dívida Consolidada (I)	792.006,63	280.768,32	-65,81	290.677,79	5,60	290.677,79	3,66	301.723,55	3,38	312.283,87	2,91
Dívida Consolidada Líquida (III)=(I)-(II)	-15.358.831,21	-14.963.291,78	-2,53	-15.491.407,96	5,60	-15.491.407,96	3,66	-16.080.081,46	3,38	-16.642.884,31	2,91

Indices de Inflação					
2023	2024	2025	2026	2027	2028
4,62	4,83	5,60	3,80	3,50	3,00
IPCA - Fonte das Informações: FJP- Fundação João Pinheiro/IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica e Banco Central					

Fatores para Estabelecimento de Valores Constantes - (Quadro 1 - Relatório de Índices)			
Ano de 2023 = valores correntes multiplicado por...	1,0210	Ano de 2026 = valores correntes divididos por...	1,0380
Ano de 2024 = valores correntes multiplicado por ...	1,0200	Ano de 2027 = valores correntes divididos por ...	1,0350
Ano de 2025 = valores correntes multiplicado por ...	1,0000	Ano de 2028 = valores correntes divididos por ...	1,0300

AMF - DEMONSTRATIVO 4 (LRF, art 4º, § 2º, inciso III) R$1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio / Capital	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
Reservas	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
Resultado Acumulado	78.030.777,50	100%	65.420.889,19	100%	54.859.867,49	100%
TOTAL	**78.030.777,50**	**100%**	**65.420.889,19**	**100%**	**54.859.867,49**	**100%**

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
Reservas	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
TOTAL	**0,00**	**0%**	**0,00**	**0%**	**0,00**	**0%**

AMF - DEMONSTRATIVO 4 (LRF, art 4º, § 2º, inciso III) R$ 1,00

Receitas Realizadas		**2022(a)**	**2023(b)**	**2024(c)**
Receitas de Capital - Alienação de Ativos		**29.387,75**	**372.635,85**	**247.626,15**
Alienação de Bens Móveis		0,00	337.980,00	221.540,00
Alienação de Bens Imóveis		0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis		0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras		29.387,75	34.655,85	26.086,15
Saldo Financeiro dos Exercícios Anteriores somado á Alienação de Ativos	363.781,04	393.168,79	765.804,64	1.013.430,79
Despesas Executadas		**2022(d)**	**2023(e)**	**2024(f)**
Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos (II)		**72.500,00**	**294.543,00**	**393.512,69**
Despesas de Capital		**72.500,00**	**294.543,00**	**393.512,69**
Investimentos		72.500,00	294.543,00	393.512,69
Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida		0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes Previdenciários		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Regime Geral de Previdência Social		0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores		0,00	0,00	0,00
Saldo Financeiro		**2022(g)**	**2023(h)**	**2024(i)**
Valor(III)		**320.668,79**	**398.761,64**	**252.875,10**
Nota Explicativa		0,00	0,00	0,00
Nota Explicativa		0,00	0,00	0,00
Nota Explicativa		0,00	0,00	0,00
Nota Explicativa		0,00	0,00	0,00
Nota Explicativa		0,00	0,00	0,00

AMF - DEMONSTRATIVO 4 (LRF, art 4º, § 2º, inciso III) R$ 1,00

NOTA

ARF - (LRF, art 4º, § 3º) R$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		**PROVIDÊNCIAS**	
Descrição	**Valor**	**Descrição**	**Valor**
01 - Demandas Judiciais	400.000,00	Abertura de créditos adicionais de dotação.	400.000,00
02 - Dívidas em Processo de Reconhecimento	50.000,00	Suspensão de adiantamento dos investimentos com o devido remanejamento orçamentário	50.000,00
03 - Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
04 - Assunção de Passivos	0,00		0,00
05 - Assistências Diversas	150.000,00	Limitação de Empenhos	150.000,00
06 - Outros Passivos Contingentes	25.000,00	Limitação de Empenhos	25.000,00
SUBTOTAL	**625.000,00**	**SUBTOTAL**	**625.000,00**

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		**PROVIDÊNCIAS**	
Descrição	**Valor**	**Descrição**	**Valor**
07 - Frustração de Arrecadação	3.000.000,00	Limitação de Empenhos	3.000.000,00
08 - Restituição de Tributos a Maior	0,00		0,00
09 - Discrepância de Projeções	0,00		0,00
10 - Outros Riscos Fiscais	400.000,00	Limitação de Empenhos	400.000,00
SUB TOTAL	**3.400.000,00**	**SUB TOTAL**	**3.400.000,00**
TOTAL	**4.025.000,00**	**TOTAL**	**4.025.000,00**

AMF - DEMONSTRATIVO 8 (LRF, art 4º, § 2º, inciso V)

Eventos	Valores Previsto Para 2026
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Impacto de Novas DOCC	0,00
Impacto de Novas DOCC geradas para PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V)=(III-IV)	0,00

ITEM	DESCRIÇÃO CARGO	VAGAS EXISTENTES (A)			VAGAS CRIADAS (B)		VAGAS EXTINTAS (C)		TOTAL (A+B - C)	
		Quantidade	Vencimento	Média	Quantidade	Vencimento	Quantidade	Vencimento	Quantidade	Vencimento
0001	Não ha previsão	0	0,00	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
JUSTIFICATIVA	Não ha previsão									
	TOTAIS	0	0,00	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00

AMF - Demonstrativos VII (LRF, art 4º, §2º, Inciso V

R$ 1,00

Tributos	Modalidades	Setores/Programas/Beneficiários	Renúncia de Receita Prevista			Compensação
			2026	2027	2028	
1.1.1.2.50.0.1 – IPTU 1.1.1.2.50.0.4 – IPTU: Dívida Ativa – Multas e Juros 1.1.1.4.51.1.4 – ISS: Dívida Ativa - Multas e Juros	Outros benefícios de carater não geral	Contribuinte	50.000,00	75.000,00	100.000,00	O desconto incentivará maior número de contribuinte. A renúncia foi considerada na estimativa de receita e não afetará a execução de despesas fixada na proposta orçamentaria.
Totais:			**50.000,00**	**75.000,00**	**100.000,00**	

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV alínea "a") R$ 1,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES (IX)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Imobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receitas de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (X)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS(XI)=(IX + X)	0,00	0,00	0,00

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV alínea "a") R$ 1,00

DEPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	**2022**	**2023**	**2024**
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (XIII)	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS(XIV)=(XII + XIII)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XV)=(XI-XIV)	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	**2022**	**2023**	**2024**
Total dos Aportes de Recursos para o Plano Financeiro do RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00

Ação	Valor Orçamento

Programa: 0000 - ENCARGOS ESPECIAIS

Função: 28 - Encargos Especiais

Subfunção: 843 - Servico da Divida Interna

- 2006 - PRECATÓRIOS / SENTENÇAS JUDICIAIS
- 2439 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DIVERSAS
- 2486 - CONSTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP
- 2487 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA

Programa: 0101 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA

Função: 01 - Legislativa

Subfunção: 031 - Acao Legislativa

- 2111 - REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES
- 2112 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CORPO LEGISLAT
- 2113 - MANUTENÇÃO COM SOLENIDADES, FESTIVIDADES

Programa: 0102 - ESTRUTURAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO

Função: 01 - Legislativa

Subfunção: 031 - Acao Legislativa

- 2116 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES SECRETÁRIA E S
- 2117 - MANUTENÇÃO DESPESA COM JUROS, CORREÇÃO,
- 2379 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS SOBRE AUTÔNOMOS
- 2742 - MANUTENÇÃO DA ESCOLA LEGISLATIVA

Programa: 0103 - GESTÃO SISTEMA CONTROLE INTERNO/P.LEGISLATIVO

Função: 01 - Legislativa

Subfunção: 031 - Acao Legislativa

- 1114 - AQUISICÃO DE VEÍCULO, EQUIPAMENTOS E MOB

Programa: 0401 - PLANEJAMENTO E GESTÃO

Função: 04 - Administracao

Subfunção: 122 - Administracao Geral

- 1359 - AQUISIÇÃO EQUIP.MAT.PERM.SEC.ADM
- 1616 - AQUISIÇÃO EQUIP.MAT.PERM.MANUT.ATIV.SECRET.ESP.LAZER,CULT.TUR
- 2011 - MANUT. ATIV. SEC. ADMINIST. E REC. HUMAN
- 2013 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS SOBRE AUTÔNOMOS
- 2420 - MANUT.ATIV.ADM.SECRET.ESP.LAZER,CULT.TUR
- 2432 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
- 2436 - DESPESAS C/JUROS,TARIAS,TAXAS E ENC.FIN
- 2445 - PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÕES E ATOS E FATOS
- 2489 - MANUT.ATIV.ADM.SEC.INFRA ESTR.OBRAS PUB

Ação	Valor Orçamento

2490 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS

2546 - MANUTENÇÃO DE PARCERIAS COM ENTIDADES DE APOIO ADMINISTRATIVO

Subfunção: 128 - Formacao de Recursos Humanos

2450 - FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Função: 08 - Assistencia Social

Subfunção: 122 - Administracao Geral

1606 - CONSTRUÇÃO/REFORMA/AMPLIAÇÃO DA SEMDS

2381 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. ADM DA SEMDS

2450 - FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Programa: 0402 - SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR

Função: 04 - Administracao

Subfunção: 122 - Administracao Geral

1001 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MO

2002 - REMUNERAÇÃO DO PREFEITO E VICE-PREFEITO

2003 - MANUT. DAS ATIV. DO GABINETE DO PREFEITO

2438 - HOMENAGENS, RECEPÇÕES, SOLENIDADES E FES

2441 - MANUT. CONV. ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

Programa: 0403 - GESTÃO FINANCEIRA

Função: 04 - Administracao

Subfunção: 123 - Administracao Financeira

1353 - AQUIS.MAT.EQUIP.SEC.DESEN.ECON.CAP.REC.

1445 - AQUISIÇÃO EQUIP.MAT.PER.SEC.FAZENDA

2397 - MANUT.ATIV.SEC.FINAN.DESENV.ECON.CAP.REC

2444 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA

Subfunção: 129 - Administracao de Receitas

1445 - AQUISIÇÃO EQUIP.MAT.PER.SEC.FAZENDA

2446 - MANUT.ATIVID. CADASTRO/TRIBUT/ARRECADAÇÃ

2447 - RESTITUIÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Programa: 0404 - ASSOCIATIVISMO

Função: 04 - Administracao

Subfunção: 122 - Administracao Geral

1408 - INVESTIMENTO CONTRATO RATEIO CONVALES

2428 - MANUTENÇÃO DO CONTRATO DE RATEIO COM CONVALES

Programa: 0405 - GESTÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Função: 04 - Administracao

Subfunção: 124 - Controle Interno

Ação	Valor Orçamento

2008 - MANUT. ATIVIDADES CONTROLADORIA GERAL

Programa: 0406 - DEFESA DA ORDEM JURIDICA

Função: 04 - Administracao

Subfunção: 092 - Represent. Judicial e Extrajudicial

1529 - AQUIS. EQUIP. MAT. PER. CONTROLADORIA GERAL

2005 - MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL

Programa: 0434 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

Função: 10 - Saude

Subfunção: 302 - Assist. Hospitalar e Ambulatorial

1628 - RATEIO - INVESTIMENTO EM CONSORCIO DE SAUDE-CISALP

1630 - RATEIO - INVESTIMENTO - CISREUNO

2629 - RATEIO - DE RECURSOS PARA CONSORCIO-CISALP

2631 - RATEIO - MANUT. DO CISREUNO

Programa: 0601 - APOIO Á SEGURANÇA PÚBLICA

Função: 06 - Seguranca Publica

Subfunção: 181 - Policiamento

2014 - MANUTENÇÃO DE CONVÊNIO COM POLÍCIA CIVIL

2015 - MANUTENÇÃO DE CONVÊNIOS COM POLÍCIA MILI

Subfunção: 182 - Defesa Civil

2443 - MANUT. ATIV. DEFESA CIVIL

Programa: 0801 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Função: 08 - Assistencia Social

Subfunção: 122 - Administracao Geral

2394 - MANUT.ATIV.CONSELHO ASSIST.SOCIAL

Subfunção: 241 - Assistencia ao Idoso

2472 - AÇÕES DE ATENÇÃO AO IDOSO

2724 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

Subfunção: 242 - Assist. ao Portador de Deficiencia

2478 - MANUT.PARCERIAS ENTID.ASSIST.DEFICIENTE

Subfunção: 243 - Assist. a Crianca e ao Adolescente

1607 - AQUISIÇÃO EQUIP. MAT. PERM. PARA FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

2431 - REALIZ.CONFERENCIA MUNC.CRIANÇA E ADOLES

2634 - FUNDO MUN. DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE/FIA

2636 - MANUT. PRIMEIRA INFANCIA NO SUAS/CRIANÇA FELIZ

2643 - AQUISIÇÃO EQUIPAMENTO MATERIAL PERMANENTE PRIMEIRA INF\ÃNCIA NO SUAS/CRIANÇA FELIZ

2702 - GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CAD ÚNICO

Ação	Valor Orçamento

2704 - MANUTENÇÃO DO CRAS

2716 - CMDCA - MANUT.DO CONSELHO MUN.DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

2732 - PROGRAMA MAMÃE CHEGUEI

Subfunção: 244 - Assistencia Comunitaria

1410 - AQUIS.VEÍCULOS/EQUIP/MOBILIAR - SEMDS

1411 - AMPLIAÇÃO, REFORMA E ADAPTAÇÃO DO CRAS

1629 - PROGRAMA BANCO DE ALIMENTOS

2473 - CONCESSÃO AUXÍLIOS-BENEFICIOS EVENTUAIS

2475 - DISTRIB.BENS,MAT.E SERV.PESSOAS CARENTES

2476 - MAUNT. PARCERIAS ENTIDADES ASSIST.SOCIAL

2714 - Enfrentamento da Emergência da COVID19

Programa: 0901 - PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR

Função: 09 - Previdencia Social

Subfunção: 272 - Previdencia do Regime Estatutario

2442 - MANUT. DE INATIVOS E PENSIONISTAS

Programa: 1001 - SAÚDE PARA TODOS

Função: 10 - Saude

Subfunção: 301 - Atencao Basica

1382 - CONST/REF/AMPL. UNIDADE DE SAÚDE

1389 - AQUIS.VEÍCULOS, EQUIP.MOBIL.ATEN.BÁSICA

2052 - SERVIÇOS E AÇÕES ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE

2257 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

2263 - MANUT AGENTES COMUNITARIO DE SAÚDE

2265 - MANUTENÇÃO PROGRAMA SAÚDE BUCAL

2531 - MANUTENÇÃO OFICINA TERAPÊUTICA

2718 - REALIZ. DE CONFERÊNCIA MUN. DE SAÚDE

Subfunção: 302 - Assist. Hospitalar e Ambulatorial

1357 - REFORMA/AMPLIAÇÃO CENTRO DE SAÚDE MUNICI

1358 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS/AMBULÂNCIA/EQUIP

2056 - AÇÕES ESPECIALIZADAS DE SAÚDE

2287 - AUXÍLIO P/TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO

2526 - TRANSF. CONTR. P CASA DE APOIO DANIELLE

2710 - CENTRO DE SAÚDE

Subfunção: 303 - Suporte Profilatico e Terapeutico

1601 - AMPLIAÇÃO/REFORMA/CONSTRUÇÃO DA FARMACIA BASICA

1602 - AQUISIÇÃO EQUIP. MAT. PERM. FARMACIA BASICA

2058 - ASSISTÊNCIA FAMACEUTICA/FARMACIA BÁSICA

Subfunção: 305 - Vigilancia Epidemiologica

Ação	Valor Orçamento
2052 - SERVIÇOS E AÇÕES ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE	
Programa: 1002 - GESTÃO DA POLITICA DE SAÚDE	
Função: 10 - Saude	
Subfunção: 122 - Administracao Geral	
1127 - AQUISIÇÃO EQUIP. MAT. PERM. SECRET.SAÚDE	
1531 - AQUISIÇÃO EQUIP. MAT. PERM. CONSELHO DE SAÚDE	
2049 - MANUT. ATV. ADM. SECRET. SAÚDE	
2421 - MANUT. ATIV. CONSELHO DE SAÚDE	
Programa: 1003 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
Função: 10 - Saude	
Subfunção: 122 - Administracao Geral	
1713 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO EQUIP.MAT.PERM P/ VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
2714 - Enfrentamento da Emergência da COVID19	
2720 - MANUT.ATIV. DA ADM. DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
Subfunção: 301 - Atencao Basica	
2714 - Enfrentamento da Emergência da COVID19	
Subfunção: 304 - Vigilancia Sanitaria	
1603 - AQUISIÇÃO EQUIP. MAT. PERM. VIGIL. SANITARIA	
2277 - MANUT. PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
Subfunção: 305 - Vigilancia Epidemiologica	
1605 - AQUISIÇÃO EQUIP. MAT. PERM. VIGIL. EPIDEMIOLOGICA	
2274 - MANUT PROGRAMA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA	
Programa: 1201 - PROMOÇÃO E DESENV.DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Função: 12 - Educacao	
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental	
1452 - CONSTRUÇÃO/REFORMA/AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS	
1453 - APARELHAMENTO DE ESCOLAS MUNICIPAIS	
2454 - MANUTENÇÃO DE ESCOLAS MUNICIPAIS	
2464 - REMUNERAÇÃO PESSOAL DOCENTE ENSINO FUND.	
2465 - MANUT.ENSINO FUNDAMENTAL/FUNDEB	
2466 - MANUT.PROG.TRANSPORTE ESCOLAR/FUNDEB	
2500 - MANUTENCAO DO PROERD	
2504 - TRANSF. SUB. JOSUÉ COSTA	
2506 - TRANSF. SUBVENCAO CESARIO GALVAO	
2512 - TRANSF. SUBVENCAO DRUMOND DE CASTILHO	
Programa: 1202 - TRANSPORTE ESCOLAR	

Ação	Valor Orçamento

Função: 12 - Educacao

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

1454 - AQUIS. DE VEICULOS P/TRANSPORTE ESCOLAR

2452 - MANUT. PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR

Programa: 1203 - ASSISTÊNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Função: 12 - Educacao

Subfunção: 306 - Alimentacao e Nutricao

2548 - MANUT. DO PROGR. MERENDA ESCOLAR/CRECHE

2550 - MANUT. DO PROGR. MERENDA ESCOLAR/PRÉ ESCOLA

2552 - MANUT. DO PROGR. MERENDA ESCOLAR/ENSINO FUNDAMENTAL

2554 - MANUT. DO PROGR. MERENDA ESCOLAR/ENSINO ESPECIAL

2714 - Enfrentamento da Emergência da COVID19

Programa: 1204 - PROMOÇÃO E DESENVOLV. DO ENSINO INFANTIL

Função: 12 - Educacao

Subfunção: 365 - Educacao Infantil

1460 - CONST/REFORMA/AMPL. ESCOLAS - CRECHE

1461 - CONST/REFORMA/AMPL ESCOLAS - PRE-ESCOLAR

2453 - MANUT.DAS ATIV.DO ENSINO INFANTIL/CRECHE

2458 - MANUT.DAS ATIV.ENSINO INF/PRE-ESCOLA

2467 - REMUN.PESSOAL DOCENTE ENS.INFAN/CRECHE

2468 - REMUN. PESSOAL DOCENTE ENS.INF./PRE ESCO

2469 - MANUT.ENSINO INFANTIL-FUNDEB/CRECHE

2470 - MANUT. ENSINO INFANTIL-FUNDEB/PRÉ-ESCOLA

2508 - TRANSF. SUBVENCAO IOLANDA ALVES

2510 - TRANSF. SUBVENCAO CARMINDA CANCEICAO

2706 - FORMAÇÃO /CAPACITAÇÃO DA PRÉ /ESCOLA

2708 - FORMAÇÃO /CAPACITAÇÃO DA CRECHE

Programa: 1205 - GESTÃO DA POLITICA EDUCACIONAL

Função: 12 - Educacao

Subfunção: 122 - Administracao Geral

1170 - APARELH. DA SECRETARIA MUNC.DE EDUCAÇÃO

2448 - MANUT. ATIV. ADM. SEC. EDUCAÇÃO

2450 - FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

2456 - FORMAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS QUADRO DO MAGISTÉRIO ENSINO FUNDAMENTAL

Programa: 1207 - APOIO AO ENSINO SUPERIOR

AMF - Demonstrativos VI (LRF, art 4º, §2º, Inciso IV, alínea "a" R$ 1,00

Ação	Valor Orçamento

Função: 12 - Educacao

Subfunção: 364 - Ensino Superior

2039 - MANUT.PARCERIAS ENTID.APOIO ENS.SUP

Programa: 1209 - APOIO AO ENSINO ESPECIAL

Função: 12 - Educacao

Subfunção: 367 - Educacao Especial

2462 - MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO ESPECIAL

2649 - MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO ESPECIAL FUNDEB

2700 - MANUTENÇÃO ENSINO ESPECIAL FUNDEB

Programa: 1301 - INCENTIVO A CULTURA

Função: 13 - Cultura

Subfunção: 392 - Difusao Cultural

1620 - CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO ATV. CULT.EVENTOS E FESTA TRADICIONAL

1621 - AQUISIÇÃO EQUIP.MAT.PERM.ATIV.CULT.EVENTOS E FESTAS TRADICIONAL

2045 - MANUT. BIBLIOTECA PÚBLICA

2483 - MANUT.ATIV.CULT,EVENTOS E FEST.TRADICION

2722 - MANUT.DO CONSERVATÓRIO MUNICIPAL

2734 - MANUT. E CONSERV. DA CASA DA CULTURA

Programa: 1302 - PRESERVAÇÃO AO ACERVO HISTÓRICO-CULTURAL

Função: 13 - Cultura

Subfunção: 391 - Patrim. Hist. Art. e Arqueologico

1617 - CONSTRUÇÃO/REFORMA FUNDO PROT.PATR.CULT.MUNIC.LAGO G-FUMPAC

1618 - AQUISIÇÃO EQUIP.MAT.PERM.FUNDO PROT.PATR.CULT.MINC.LAGO G-FUMPAC

2482 - FUNDO PROT.PATR.CULT.MUNIC.LAGO G-FUMPAC

Programa: 1401 - PROMOÇÃO DA CIDADANIA

Função: 08 - Assistencia Social

Subfunção: 243 - Assist. a Crianca e ao Adolescente

1608 - AQUISIÇÃO EQIP. MAT. PERM. CONSELHO TUTELAR

2395 - MANUT.ATIV.CONSELHO TUTELAR

Programa: 1501 - INFRA-ESTRUTURA URBANA

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 - Infra-estrutura Urbana

1089 - PAVIMENTAÇÃO / RECAPEAMENTO - VIAS PÚBLI

1090 - CONST/REVITALIZAÇÃO PRAÇAS RUAS E AVEN

1419 - REVITALIZAÇÃO/MELHORIAS ORLA DA LAGOA

1421 - EXPANSÃO DA REDE ELETRIFICAÇÃO URBANA

Ação	Valor Orçamento

1422 - AQUISIÇÃO VEÍCULOS/EQUIPAMENTOS/MOBILIÁR

1624 - MANUTENÇÃO/REFORMA PRAÇAS, RUAS E AVENIDAS

1717 - PAVIMENTAÇÃO / RECAPEAMENTO - ALVORADA

2377 - MANUT.SERVIÇOS URBANOS E CONSERV. LOGRAD

Programa: 1502 - MANUT. CONSERVAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 122 - Administracao Geral

1623 - CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO DE PREDIOS PUBLICOS

2485 - MANUTENÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS PÚBLICOS

Programa: 1601 - EXPANSÃO HABITACIONAL RURAL

Função: 16 - Habitacao

Subfunção: 481 - Habitacao Rural

1412 - CONSTR/REFORMA UNID.HABIT/ZONA RURAL

Programa: 1602 - EXPANSÃO HABITACIONAL URBANA

Função: 16 - Habitacao

Subfunção: 482 - Habitacao Urbana

1413 - CONSTR/REFORMA UNID.HABIT/ZONA URBANA

Programa: 1603 - REGULARIZAÇÃO HABITACIONAL URBANA

Função: 16 - Habitacao

Subfunção: 482 - Habitacao Urbana

2730 - MANUTENÇÃO/ ATIVIDADE - REURB

Programa: 1701 - SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICO

Função: 17 - Saneamento

Subfunção: 512 - Saneamento Basico Urbano

1423 - AMP/MELHORIA SISTEMA ÁQUA E ESGOTO

1625 - CONSTRUÇÃO/REFORMA SISTEMA ÁGUA E ESGOTO

1715 - Desapropriação de imóvel

Programa: 1702 - SANEAMENTGO BÁSICO RURAL

Função: 17 - Saneamento

Subfunção: 511 - Saneamento Basico Rural

1467 - DISPONIBILIZAÇÃO DE ÁQUA PARA TODOS

Programa: 1801 - PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Função: 18 - Gestao Ambiental

Subfunção: 541 - Preservacao e Conservacao Ambiental

Ação	Valor Orçamento

1609 - CONST/REFORMA/ PROTEÇÃO, RECUP. E PROM DOS ECOSSISTEMAS

1612 - AQUISIÇÃO EQUIP. MAT. PERM. DA UNIDADE DE TRIAGEM

2415 - PROTEÇÃO, RECUP. E PROM DOS ECOSSISTEMAS

2494 - MANUT. DAS ATIV. DA UNIDADE DE TRIAGEM E COMPOSTAGEM

2633 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PRAÇAS E JARDINS

2635 - AQUISIÇÃO EQUIPAMENTO MATERIAL PERMANENTE DA CONSERVAÇÃO DE PRAÇAS E JARDINS.

2637 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO VIVEIRO MUNICIPAL

2639 - CONSTRUÇÃO IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO VIVEIRO MUNICIPAL

2641 - AQUISIÇÃO EQUIPAMENTO MATERIAL PERMANENTE DO VIVEIRO MUNICIPAL

Programa: 2001 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 122 - Administracao Geral

1613 - AQUISIÇÃO EQUIP. MAT. PERM. ADM. SECRET. AGROPECUÁRIA

2419 - MANUT. ATIV. ADM SECRET. AGROPECUÁRIA

Subfunção: 606 - Extensao Rural

1414 - AQUIS. VEIC. PATRULHA, IMPLEMENTOS E MAQ

1615 - AQUISIÇÃO EQUIP. MAT. PREM. ATV. PROM. AGROPECUARIA

2424 - MANUT. PARCERIAS ENTID.PROM.DESENV.RURAL

2479 - MANUT.ATIV.PROM.DESENV.AGROPEC

2518 - TRANSF. CONTR. P ASS. DOS FEIRANTES

2532 - TRANSF. CONTR. P. ASS. PEQ. PROD. R. FAZ CAIS

2533 - TRANSF. CONTR. P. ASS. PEQ. PROD. R. BURITIZINHO

2534 - TRANSF. CONTR. P. ASS. PEQ. PROD. R. FAZ MALH. DA SERRA

2535 - TRANSF. CONTR. P. ASS. PEQ. PROD. R. FAZ MATINHA

2536 - TRANSF. CONTR. P. ASS. PEQ. PROD. R. BAR. DO CAMPO

2537 - TRANSF. CONTR. P. ASS. PEQ. PROD. R. VEREDA DO BOI

2538 - TRANSF. CONTR. P. ASS. PEQ. PROD. R. DO FRIO

2539 - ASSOCIAÇÃO P. PROD. DO P.A NOSSO ORGULHO

2540 - ASSOCIAÇÃO P. PROD. DO P.A ALIANÇA E PROCESSO

2541 - ASSOCIAÇÃO P. PROD. DO P.A NOVA CONQUISTA

2542 - ASSOCIAÇÃO P. PROD. DO P.A FELIZ UNIÃO

2543 - ASSOCIAÇÃO P. PROD. DO P.A FAZ. CABACEIRAS

2544 - ASSOCIAÇÃO P. PROD. DO P.A PARTICIPAÇÃO

2545 - ASSOCIAÇÃO P. PROD. DO P.A RENOVAÇÃO

Programa: 2301 - CONHEÇA LAGOA GRANDE/MG

Função: 23 - Comercio e Servicos

Subfunção: 695 - Turismo

1416 - DESENV. INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA

Ação	Valor Orçamento

1622 - AQUISIÇÃO EQUIP. MAT.PERM.FESTA/CARNAVAL/EXPOS/SEMIN/PROM.TURISMO

2480 - FESTAS/CARNAVAL/EXPOS/SEMIN/PROM.TURISMO

2514 - TRANSF. DE CONT. CIRCUITO TURISTICO

2516 - TRANSF. CONTR. P ASS. C. DE MULHERES

2520 - TRANSF. CONTR. P SINDICATO DOS PRODUTORES

2522 - TRANSF. CONTR. P ASS. DOS FOLIOES

2524 - TRANSF. CONTR. P ASS. DE CARREIROS E CANDEEIROS

2645 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

2712 - ASS.CRISTÃ DE LAGOA GRANDE-MG

Programa: 2501 - MANUT. SERV. DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Função: 25 - Energia

Subfunção: 752 - Energia Eletrica

2294 - FORNECIMENTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Programa: 2601 - INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782 - Transporte Rodoviario

1424 - CONST/REF DE PONTES,MATA-BURROS E BUEIRO

1425 - AQUIS.MAQ.EQUIP.P/ INFRA-ESTR.VIÁRIA

1426 - PAVIMEN/REVIT/MELHORIAS ACESSO BR 040

1626 - CONST./REF. DE PONTES, MATA-BURROS E BUEIRO

1627 - AQUISIÇÃO EQUIP.MAR.PERM. DE PONTES, MATA-BURROS E BUEIROS

2102 - MANUT.ATIV.TRANP./INFRA/ESTR.VIÁRIA

Programa: 2701 - PROMOÇÃO DO ESPORTE E DO LAZER

Função: 27 - Desporto e Lazer

Subfunção: 812 - Desporto Comunitario

1462 - CONST/REF.GIN/QUADRA/ESTADIO/PRAÇAS ESP

1463 - AQUIS.EQUIP.MAT.PERM.P/ESPORTE E LAZER

2427 - PROD.PROM.APOIO AO ESP.LAZER E EVENTOS

2429 - MANUT.PARCERIAS ENTID. APOIO AO ESPORTE

2498 - INCENTIVO . APOIO. COPA AMAPAR

Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Função: 99 - Reserva de Contingencia

Subfunção: 999 - Reserva de Contingencia

9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Unidade Orçamentária: 01.01.10 - CÂMARA MUNICIPAL

Programa: 0101 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA

Objetivo: Legislar sobre matéria de compet.do Munic,examinar,acomp e fiscalizar a exec.das políticas públicas,bem como promover a divulgação dos trab,a partic.popular e desempenhar demais rerrogativas constituicionais legais e regimentais

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
2111 - REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES	A	ATIVIDADE MANTIDA	CÂMARA MUNICIPAL	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES*						
2112 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CORPO LEGISLAT	A	ATIVIDADE MANTIDA	CÂMARA MUNICIPAL	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CORPO LEGISLAT*						
2113 - MANUTENÇÃO COM SOLENIDADES, FESTIVIDADES	A	ATIVIDADES REALIZADAS	CÂMARA MUNICIPAL	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *MANUTENÇÃO COM SOLENIDADES, FESTIVIDADES*						

Total do Programa:

Programa: 0102 - ESTRUTURAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO

Objetivo: Dotar o Poder Legislativo Municipal de modernas instalações físicas com equipamentos e mobiliários para manutenção de suas atividades

2116 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES SECRETÁRIA E S	A	ATIVIDADES REALIZADAS	CÂMARA MUNICIPAL	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES SECRETÁRIA E S*						
2117 - MANUTENÇÃO DESPESA COM JUROS, CORREÇÃO,	A	ATIVIDADES REALIZADAS	CÂMARA MUNICIPAL	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *MANUTENÇÃO DESPESA COM JUROS, CORREÇÃO,*						
2379 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS SOBRE AUTÔNOMOS	A	ATIVIDADES REALIZADAS	CÂMARA MUNICIPAL	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *OBRIGAÇÕES PATRONAIS SOBRE AUTÔNOMOS*						

UF: MINAS GERAIS

MUNICIPIO: LAGOA GRANDE

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Programa: 0102 - ESTRUTURAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO

Objetivo: Dotar o Poder Legislativo Municipal de modernas instalações físicas com equipamentos e mobiliários para manutenção de suas atividades

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
2742 - MANUTENÇÃO DA ESCOLA LEGISLATIVA	A	PROFISSIONALIZAR OS SERVIDORES DA CÂMARA	CÂMARA MUNICIPAL	Ano	0	

Finalidade: *OFERECER SUPORTE CONCEITUAL DE NATUREZA TECNICO/ADMINISTRATIVA, DOUTRINARIA E POLICA AS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO*

Total do Programa:

Programa: 0103 - GESTÃO SISTEMA CONTROLE INTERNO/P.LEGISLATIVO

Objetivo: Assegurar que não ocorram erros potenciais, através do controle de suas causas observando as normas legais para propiciar aderência às diretrizes, planos, normas e procedimentos do Poder Legislativo.

1114 - AQUISICÃO DE VEÍCULO, EQUIPAMENTOS E MOB	P	VEICULOS, EQUIPAMENTOS E MOBILIARIOS ADQUIRIDOS	CÂMARA MUNICIPAL	UNIDADE	26,58	

Finalidade: *AQUISICÃO DE VEÍCULO, EQUIPAMENTOS E MOB*

Total do Programa:

Total da Unidade Orçamentária 01.01.10:

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Unidade Orçamentária: 02.01.01 - GABINETE DO PREFEITO

Programa: 0402 - SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR

Objetivo: Supervisionar e coordenar a Administração Municipal; exercer a representação oficial do município; intermediar o contato direto do Chefe do Executivo Municipal com o público e todos os segmentos da sociedade.

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
1001 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MO	P	VEÍCULOS/EQUIPAMENTOS E MOBILIARIO ADQUIRIDOS	GABINETE DO PREFEITO	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MO*						
2002 - REMUNERAÇÃO DO PREFEITO E VICE-PREFEITO	A	ATIVIDADES REALIZADAS	GABINETE DO PREFEITO	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *REMUNERAÇÃO DO PREFEITO E VICE-PREFEITO*						
2003 - MANUT. DAS ATIV. DO GABINETE DO PREFEITO	A	ATIVIDADES MANTIDAS	GABINETE DO PREFEITO	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *MANUT. DAS ATIV. DO GABINETE DO PREFEITO*						
2438 - HOMENAGENS, RECEPÇÕES, SOLENIDADES E FES	A	ATIVIDADES MANTIDAS	GABINETE DO PREFEITO	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *HOMENAGENS, RECEPÇÕES, SOLENIDADES E FES*						

Total do Programa:

Total da Unidade Orçamentária 02.01.01:

UF: MINAS GERAIS

MUNICIPIO: LAGOA GRANDE

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Unidade Orçamentária: 02.01.02 - CONTROLADORIA GERAL

Programa: 0405 - GESTÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Objetivo: Acompanhar e fiscalizar os atos de gestão, sejam atinentes à defesa do patrimônio público, a auditoria pública, ao incremento da transparencia da gestão administrativa e exercer o controle interno em geral.

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
2008 - MANUT. ATIVIDADES CONTROLADORIA GERAL	A	ATIVIDADES REALIZADAS	CONTROLADORIA GERAL	UNIDADE	26,58	

Finalidade: *MANUT. ATIVIDADES CONTROLADORIA GERAL*

Total do Programa:

Total da Unidade Orçamentária 02.01.02:

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Unidade Orçamentária: 02.01.03 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Programa: 0406 - DEFESA DA ORDEM JURIDICA

Objetivo: Viabilizar a defesa da ordem juridica, judicial e extrajudicial dos interesses do Município de Lagoa Grande

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
1529 - AQUIS. EQUIP. MAT. PER. CONTROLADORIA GERAL ***Finalidade:*** *EQUIPAMENTOS*	P	EQUIPAMENTOS	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	UNIDADE	26,58	
2005 - MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL ***Finalidade:*** *MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL*	A	ATIVIDADES REALIZADAS	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	UNIDADE	26,58	

Total do Programa:

Total da Unidade Orçamentária 02.01.03:

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Unidade Orçamentária: 02.02.01 - SEC MUN ADM E RECURSOS HUMANOS - SEMAR

Programa: 0401 - PLANEJAMENTO E GESTÃO

Objetivo: Prover os órgãos do Poder Público Municipal dos recursos humanos e meios administrativos necessários à realização dos objetivos finalistícos e manutenção dos programas de governo

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
1359 - AQUISIÇÃO EQUIP.MAT.PERM.SEC.ADM	P	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	SEC MUN ADM E RECURSOS HUMANOS - SEMAR	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *AQUISIÇÃO EQUIP.MAT.PERM.SEC.ADM*						
2011 - MANUT. ATIV. SEC. ADMINIST. E REC. HUMAN	A	ATIVIDADES REALIZADAS	SEC MUN ADM E RECURSOS HUMANOS - SEMAR	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *MANUT. ATIV. SEC. ADMINIST. E REC. HUMAN*						
2445 - PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÕES E ATOS E FATOS	A	ATIVIDADES MANTIDAS	SEC MUN ADM E RECURSOS HUMANOS - SEMAR	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÕES E ATOS E FATOS*						
2450 - FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	A	ENTIDADE MANTIDA	SEC MUN ADM E RECURSOS HUMANOS - SEMAR	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS*						

Total do Programa:

Total da Unidade Orçamentária 02.02.01:

UF: MINAS GERAIS

MUNICIPIO: LAGOA GRANDE

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Unidade Orçamentária: 02.03.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Programa: 0403 - GESTÃO FINANCEIRA

Objetivo: Desenvolver o planejamento estratégico e a exec.de potilica econômica, tributária e financeira do Munic; acompanhar o planej.orçamentário e financeiro do Lagoa Grande; manter o equilibrio das contas públicas

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
1445 - AQUISIÇÃO EQUIP.MAT.PER.SEC.FAZENDA	P	EQUIPAMENTOS MAT. PERMANENTES ADQUIRIDOS	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *AQUISIÇÃO EQUIP.MAT.PER.SEC.FAZENDA*						
1445 - AQUISIÇÃO EQUIP.MAT.PER.SEC.FAZENDA	P	EQUIPAMENTOS MAT. PERMANENTES ADQUIRIDOS	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *AQUISIÇÃO EQUIP.MAT.PER.SEC.FAZENDA*						
2444 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA	A	ATIVIDADE MANTIDA	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA*						
2446 - MANUT.ATIVID. CADASTRO/TRIBUT/ARRECADAÇÃ	A	ATIVIDADES MANTIDAS	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *MANUT.ATIVID. CADASTRO/TRIBUT/ARRECADAÇÃ*						
2447 - RESTITUIÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	A	ATIVIDADE MANTIDA	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *RESTITUIÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS*						

Total do Programa:

Total da Unidade Orçamentária 02.03.01:

UF: MINAS GERAIS

MUNICIPIO: LAGOA GRANDE

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Unidade Orçamentária: 02.04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Programa: 1201 - PROMOÇÃO E DESENV.DO ENSINO FUNDAMENTAL

Objetivo: Alunos de 06 a 14 anos matriculados na rede pública municipal de ensino de Lagoa Grande e Educadores

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
1452 - CONSTRUÇÃO/REFORMA/AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS ***Finalidade:*** .	P	CONSTRUÇÃO/REFORMA/AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	UNIDADE	26,58	
1453 - APARELHAMENTO DE ESCOLAS MUNICIPAIS ***Finalidade:*** *APARELHAMENTO DE ESCOLAS MUNICIPAIS*	P	ESCOLAS APARELHADAS	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	UNIDADE	26,58	
2454 - MANUTENÇÃO DE ESCOLAS MUNICIPAIS ***Finalidade:*** *MANUTENÇÃO DE ESCOLAS MUNICIPAIS*	A	ATIVIDADE MANTIDA	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	UNIDADE	26,58	
2500 - MANUTENCAO DO PROERD ***Finalidade:*** *PREVENCAO AO USO DE DROGAS*	A	PREVENCAO	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	UNIDADE	26,58	
2504 - TRANSF. SUB. JOSUÉ COSTA ***Finalidade:*** *APOIO*	A	SUBVENCOES	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	UNIDADE	26,58	
2506 - TRANSF. SUBVENCAO CESARIO GALVAO ***Finalidade:*** *APOIO*	A	SUBVENCAO	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	UNIDADE	26,58	
2512 - TRANSF. SUBVENCAO DRUMOND DE CASTILHO ***Finalidade:*** *APOIO*	A	SUBVENCAO	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	UNIDADE	26,58	
				Total do Programa:		

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Programa: 1202 - TRANSPORTE ESCOLAR

Objetivo: Garantir o acesso ao educando à rede municipal de ensino, via transporte escolar frequente, gratuito e de qualidade

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
1454 - AQUIS. DE VEICULOS P/TRANSPORTE ESCOLAR	P	VEICULOS P/ TRANSPORTE ESCOLAR ADQUIRIDOS	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *AQUIS. DE VEICULOS P/TRANSPORTE ESCOLAR*						
2452 - MANUT. PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR	A	ALUNOS TRANSPORTADOS	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *MANUT. PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR*						
Total do Programa:						

Programa: 1203 - ASSISTÊNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Objetivo: Garantir o fornecimento de Merenda Escolar aos alunos da rede municipal de ensino, dentro dos padrões de qualidade nutricional exigido.

2548 - MANUT. DO PROGR. MERENDA ESCOLAR/CRECHE	A	ALIMENTAÇÃO	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *MANUT. DO PROGR. MERENDA ESCOLAR/CRECHE*						
2550 - MANUT. DO PROGR. MERENDA ESCOLAR/PRÉ ESCOLA	A	ALIMENTAÇÃO	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *MANUT. DO PROGR. MERENDA ESCOLAR/PRÉ ESCOLA*						
2552 - MANUT. DO PROGR. MERENDA ESCOLAR/ENSINO FUNDAMENTAL	A	ALIMENTAÇÃO	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *MANUT. DO PROGR. MERENDA ESCOLAR/ENSINO FUNDAMENTAL*						
2554 - MANUT. DO PROGR. MERENDA ESCOLAR/ENSINO ESPECIAL	A	ALIMENTAÇÃO	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *MANUT. DO PROGR. MERENDA ESCOLAR/ENSINO ESPECIAL*						

Programa: 1203 - ASSISTÊNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Objetivo: Garantir o fornecimento de Merenda Escolar aos alunos da rede municipal de ensino, dentro dos padrões de qualidade nutricional exigido.

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
2714 - Enfrentamento da Emergência da COVID19	A	Enfrentamento da Emergência da COVID19	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *Enfrentamento da Emergência da COVID19*						
Total do Programa:						

Programa: 1204 - PROMOÇÃO E DESENVOLV. DO ENSINO INFANTIL

Objetivo: Garantir o acesso da criança ao ensino, incentivar o seu desenvolvimento intelectual e social através de ações educacionais específicas.

1460 - CONST/REFORMA/AMPL. ESCOLAS - CRECHE	P	UNIDADES CONSTR/REFORMA/AMPL.	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *CONST/REFORMA/AMPL. ESCOLAS - CRECHE*						
1461 - CONST/REFORMA/AMPL ESCOLAS - PRE-ESCOLAR	P	UNIDADE CONSTR/REFORMADA/AMPLIADA	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *CONST/REFORMA/AMPL ESCOLAS - PRE-ESCOLAR*						
2453 - MANUT.DAS ATIV.DO ENSINO INFANTIL/CRECHE	A	CRIANÇAS ATENDIDAS	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *MANUT.DAS ATIV.DO ENSINO INFANTIL/CRECHE*						
2458 - MANUT.DAS ATIV.ENSINO INF/PRE-ESCOLA	A	CRIANÇAS ATENDIDAS	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *MANUT.DAS ATIV.ENSINO INF/PRE-ESCOLA*						
2508 - TRANSF. SUBVENCAO IOLANDA ALVES	A	SUBVENCAO	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *APOIO*						

UF: MINAS GERAIS

MUNICIPIO: LAGOA GRANDE

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Programa: 1204 - PROMOÇÃO E DESENVOLV. DO ENSINO INFANTIL

Objetivo: Garantir o acesso da criança ao ensino, incentivar o seu desenvolvimento intelectual e social através de ações educacionais específicas.

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
2510 - TRANSF. SUBVENCAO CARMINDA CANCEICAO	A	SUBVENCAO	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *APOIO*						
2706 - FORMAÇÃO /CAPACITAÇÃO DA PRÉ /ESCOLA	A	CAPACITAÇÃO	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *FORMAÇÃO /CAPACITAÇÃO DA PRÉ /ESCOLA*						
2708 - FORMAÇÃO /CAPACITAÇÃO DA CRECHE	A	CAPACITAÇÃO	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *FORMAÇÃO /CAPACITAÇÃO DA CRECHE*						
				Total do Programa:		

Programa: 1205 - GESTÃO DA POLITICA EDUCACIONAL

Objetivo: Promover a politica educacional no âmbito municipal

1170 - APARELH. DA SECRETARIA MUNC.DE EDUCAÇÃO	P	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *APARELH. DA SECRETARIA MUNC.DE EDUCAÇÃO*						
2448 - MANUT. ATIV. ADM. SEC. EDUCAÇÃO	A	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MANTIDA.	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *MANUT. ATIV. ADM. SEC. EDUCAÇÃO*						
2450 - FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	A	ENTIDADE MANTIDA	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS*						

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Programa: 1205 - GESTÃO DA POLITICA EDUCACIONAL — Objetivo: Promover a politica educacional no âmbito municipal

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
2456 - FORMAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS QUADRO DO MAGISTÉRIO ENSINO FUNDAMENTAL ***Finalidade:*** *APOIO*	A	CONSTRIBUIÇÃO	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	UNIDADE	26,58	

Total do Programa:

Programa: 1207 - APOIO AO ENSINO SUPERIOR — Objetivo: Implementar políticas de apoio ao graduando, inclusive via transporte escolar; apoiar ações e implementação e desenvolvimento de unidades de extensão de curso de nível superior no Município, inclusive financeiramente.

2039 - MANUT.PARCERIAS ENTID.APOIO ENS.SUP ***Finalidade:*** *MANUT.PARCERIAS ENTID.APOIO ENS.SUP*	A	TRANSFERENCIA REALIZADA	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	UNIDADE	26,58	

Total do Programa:

Programa: 1209 - APOIO AO ENSINO ESPECIAL — Objetivo: Apoiar entidades especializadas no atendimento a alunos e pessoas portadores de necessidades especiais.

2462 - MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO ESPECIAL ***Finalidade:*** *MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO ESPECIAL*	A	ALUNOS ATENDIDOS	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	UNIDADE	26,58	

Total do Programa:

Total da Unidade Orçamentária 02.04.01:

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Unidade Orçamentária: 02.04.02 - FUNDEB-FUNDO MANUT. E DESENV.EDUC.BASICA

Programa: 1201 - PROMOÇÃO E DESENV.DO ENSINO FUNDAMENTAL

Objetivo: Alunos de 06 a 14 anos matriculados na rede pública municipal de ensino de Lagoa Grande e Educadores

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
2464 - REMUNERAÇÃO PESSOAL DOCENTE ENSINO FUND. ***Finalidade:*** *REMUNERAÇÃO PESSOAL DOCENTE ENSINO FUND.*	A	ALUNOS ATENDIDOS	FUNDEB-FUNDO MANUT. E DESENV.EDUC.BASICA	UNIDADE	26,58	
2465 - MANUT.ENSINO FUNDAMENTAL/FUNDEB ***Finalidade:*** *MANUT.ENSINO FUNDAMENTAL/FUNDEB*	A	ALUNOS ATENDIDOS.	FUNDEB-FUNDO MANUT. E DESENV.EDUC.BASICA	UNIDADE	26,58	
2466 - MANUT.PROG.TRANSPORTE ESCOLAR/FUNDEB ***Finalidade:*** *MANUT.PROG.TRANSPORTE ESCOLAR/FUNDEB*	A	ALUNOS TRANSPORTADOS	FUNDEB-FUNDO MANUT. E DESENV.EDUC.BASICA	UNIDADE	26,58	

Total do Programa:

Programa: 1204 - PROMOÇÃO E DESENVOLV. DO ENSINO INFANTIL

Objetivo: Garantir o acesso da criança ao ensino, incentivar o seu desenvolvimento intelectual e social através de ações educacionais específicas.

2467 - REMUN.PESSOAL DOCENTE ENS.INFAN/CRECHE ***Finalidade:*** *REMUN.PESSOAL DOCENTE ENS.INFAN/CRECHE*	A	CRIANÇAS ATENDIDAS	FUNDEB-FUNDO MANUT. E DESENV.EDUC.BASICA	UNIDADE	26,58	
2468 - REMUN. PESSOAL DOCENTE ENS.INF./PRE ESCO ***Finalidade:*** *REMUN. PESSOAL DOCENTE ENS.INF./PRE ESCO*	A	CRIANÇAS ATENDIDAS	FUNDEB-FUNDO MANUT. E DESENV.EDUC.BASICA	UNIDADE	26,58	
2469 - MANUT.ENSINO INFANTIL-FUNDEB/CRECHE ***Finalidade:*** *MANUT.ENSINO INFANTIL-FUNDEB/CRECHE*	A	CRIANÇAS ATENDIDAS	FUNDEB-FUNDO MANUT. E DESENV.EDUC.BASICA	UNIDADE	26,58	

UF: MINAS GERAIS

MUNICIPIO: LAGOA GRANDE

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Programa: 1204 - PROMOÇÃO E DESENVOLV. DO ENSINO INFANTIL

Objetivo: Garantir o acesso da criança ao ensino, incentivar o seu desenvolvimento intelectual e social através de ações educacionais específicas.

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
2470 - MANUT. ENSINO INFANTIL-FUNDEB/PRÉ-ESCOLA	A	CRIANÇAS ATENDIDDAS	FUNDEB-FUNDO MANUT. E DESENV.EDUC.BASICA	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *MANUT. ENSINO INFANTIL-FUNDEB/PRÉ-ESCOLA*						
Total do Programa:						

Programa: 1209 - APOIO AO ENSINO ESPECIAL

Objetivo: Apoiar entidades especializadas no atendimento a alunos e pessoas portadores de necessidades especiais.

2649 - MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO ESPECIAL FUNDEB	A	CONTRIBUIÇÃO	FUNDEB-FUNDO MANUT. E DESENV.EDUC.BASICA	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *APOIO*						
2700 - MANUTENÇÃO ENSINO ESPECIAL FUNDEB	A	CONTRIBUIÇÃO	FUNDEB-FUNDO MANUT. E DESENV.EDUC.BASICA	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *APOIO*						
Total do Programa:						

Total da Unidade Orçamentária 02.04.02:

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Unidade Orçamentária: 02.05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

Programa: 0434 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC — Objetivo: AÇÕES DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
1628 - RATEIO - INVESTIMENTO EM CONSORCIO DE SAUDE-CISALP ***Finalidade:*** *RATEIO*	P	RATEIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	UNIDADE	26,58	
1630 - RATEIO - INVESTIMENTO - CISREUNO ***Finalidade:*** *RATEIO*	P	RATEIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	UNIDADE	26,58	
2629 - RATEIO - DE RECURSOS PARA CONSORCIO-CISALP ***Finalidade:*** *RATEIO*	A	RATEIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	UNIDADE	26,58	
2631 - RATEIO - MANUT. DO CISREUNO ***Finalidade:*** *RATEIO*	A	RATEIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	UNIDADE	26,58	
				Total do Programa:		

Programa: 1001 - SAÚDE PARA TODOS — Objetivo: Implem.a atenção básica e de MAC, elevando a qualid.de vida da popul.através de ações integr.de promoção à saúde,bem como garantir o acesso a toda popul.aos serv.e ações de saúde,inclusive ampl.da intra-estrut.de atendimento.

1357 - REFORMA/AMPLIAÇÃO CENTRO DE SAÚDE MUNICI ***Finalidade:*** *REFORMA/AMPLIAÇÃO CENTRO DE SAÚDE MUNICI*	P	REFORMA/AMPLIAÇÃO REALIZADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	UNIDADE	26,58	
1358 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS/AMBULÂNCIA/EQUIP ***Finalidade:*** *AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS/AMBULÂNCIA/EQUIP*	P	VEÍCULOS/AMBULÂNCIA/EQUIP ADQUIRIDOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	UNIDADE	26,58	

UF: MINAS GERAIS

MUNICIPIO: LAGOA GRANDE

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Programa: 1001 - SAÚDE PARA TODOS

Objetivo: Implem.a atenção básica e de MAC, elevando a qualid.de vida da popul.através de ações integr.de promoção à saúde,bem como garantir o acesso a toda popul.aos serv.e ações de saúde,inclusive ampl.da intra-estrut.de atendimento.

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
1382 - CONST/REF/AMPL. UNIDADE DE SAÚDE ***Finalidade:*** *CONST/REF/AMPL. UNIDADE DE SAÚDE*	P	UNIDADE CONST/REF/AMPLIADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	UNIDADE	26,58	
1389 - AQUIS.VEÍCULOS, EQUIP.MOBIL.ATEN.BÁSICA ***Finalidade:*** *AQUIS.VEÍCULOS, EQUIP.MOBIL.ATEN.BÁSICA*	P	BENS ADQUIRIDOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	UNIDADE	26,58	
1601 - AMPLIAÇÃO/REFORMA/CONSTRUÇÃO DA FARMACIA BASICA ***Finalidade:*** *CONSTRUÇÃO*	P	CONSTRUÇÃO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	UNIDADE	26,58	
1602 - AQUISIÇÃO EQUIP. MAT. PERM. FARMACIA BASICA ***Finalidade:*** *EQUIPQMENTOS*	P	EQUIPQMENTOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	UNIDADE	26,58	
2052 - SERVIÇOS E AÇÕES ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE ***Finalidade:*** *SERVIÇOS E AÇÕES ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE*	A	ATIVIDADE MANTIDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	UNIDADE	26,58	
2052 - SERVIÇOS E AÇÕES ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE ***Finalidade:*** *SERVIÇOS E AÇÕES ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE*	A	ATIVIDADE MANTIDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	UNIDADE	26,58	
2056 - AÇÕES ESPECIALIZADAS DE SAÚDE ***Finalidade:*** *AÇÕES ESPECIALIZADAS DE SAÚDE*	A	USUÁRIOS DOS SUS ATENDIDOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	UNIDADE	26,58	
2058 - ASSISTÊNCIA FAMACEUTICA/FARMACIA BÁSICA ***Finalidade:*** *ASSISTÊNCIA FAMACEUTICA/FARMACIA BÁSICA*	A	USUARIOS DO SUS ATENDIDOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	UNIDADE	26,58	

UF: MINAS GERAIS

MUNICIPIO: LAGOA GRANDE

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Programa: 1001 - SAÚDE PARA TODOS

Objetivo: Implem.a atenção básica e de MAC, elevando a qualid.de vida da popul.através de ações integr.de promoção à saúde,bem como garantir o acesso a toda popul.aos serv.e ações de saúde,inclusive ampl.da intra-estrut.de atendimento.

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
2257 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA ***Finalidade:*** *MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA*	A	USUÁRIOS DO SUS ATENDIDOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	UNIDADE	26,58	
2263 - MANUT AGENTES COMUNITARIO DE SAÚDE ***Finalidade:*** *MANUT AGENTES COMUNITARIO DE SAÚDE*	A	ATENDIMENTOS REALIZADOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	UNIDADE	26,58	
2265 - MANUTENÇÃO PROGRAMA SAÚDE BUCAL ***Finalidade:*** *MANUTENÇÃO PROGRAMA SAÚDE BUCAL*	A	ATENDIMENTOS REALIZADOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	UNIDADE	26,58	
2287 - AUXÍLIO P/TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO ***Finalidade:*** *AUXÍLIO P/TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO*	A	USUARIOS DO SUS ATENDIDOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	UNIDADE	26,58	
2526 - TRANSF. CONTR. P CASA DE APOIO DANIELLE ***Finalidade:*** *APOIO*	A	CONTRIBUICAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	UNIDADE	26,58	
2531 - MANUTENÇÃO OFICINA TERAPÊUTICA ***Finalidade:*** *APOIO*	A	CONTRIBUIÇÃO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	UNIDADE	26,58	
2710 - CENTRO DE SAÚDE ***Finalidade:*** *ATENDIMENTO*	A	ATENDIMENTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	UNIDADE	26,58	

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Programa: 1001 - SAÚDE PARA TODOS	Objetivo: Implem.a atenção básica e de MAC, elevando a qualid.de vida da popul.através de ações integr.de promoção à saúde,bem como garantir o acesso a toda popul.aos serv.e ações de saúde,inclusive ampl.da intra-estrut.de atendimento.

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
2718 - REALIZ. DE CONFERÊNCIA MUN. DE SAÚDE ***Finalidade:*** *PLANEJAMENTO*	A	AÇÕES EM SAÚDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	UNIDADE	26,58	
				Total do Programa:		

Programa: 1002 - GESTÃO DA POLITICA DE SAÚDE	Objetivo: Planejar e operacionalizar as políticas do Sitema Único Saúde, no ambitto municipal, por meio do desenvolvimento de mecanismos de implementação de controle e avaliação das ações e serviços de saúde

1127 - AQUISIÇÃO EQUIP. MAT. PERM. SECRET.SAÚDE ***Finalidade:*** *AQUISIÇÃO EQUIP. MAT. PERM. SECRET.SAÚDE*	P	BENS ADQUIRIDOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	UNIDADE	26,58	
1531 - AQUISIÇÃO EQUIP. MAT. PERM. CONSELHO DE SAÚDE ***Finalidade:*** *EQUIPAMENTOS*	P	EQUIPAMENTOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	UNIDADE	26,58	
2049 - MANUT. ATV. ADM. SECRET. SAÚDE ***Finalidade:*** *MANUT. ATV. ADM. SECRET. SAÚDE*	A	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE MANTIDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	UNIDADE	26,58	
2421 - MANUT. ATIV. CONSELHO DE SAÚDE ***Finalidade:*** *MANUT. ATIV. CONSELHO DE SAÚDE'*	A	ATIVIDADE MANTIDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	UNIDADE	26,58	
				Total do Programa:		

Programa: 1003 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Objetivo: Desenv.um conj.medidas capazes de eliminar,dimin.ou prev.riscos à saúde,além de intervir nos problemas sanit.decorrentes do meio ambien,incluindo.o recinto de trab, da prod,da circul.de bens e da prestação serv.interesse da saúde

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
1603 - AQUISIÇÃO EQUIP. MAT. PERM. VIGIL. SANITARIA ***Finalidade:*** *EQUIPAMENTO*	P	EQUIPAMENTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	UNIDADE	26,58	
1605 - AQUISIÇÃO EQUIP. MAT. PERM. VIGIL. EPIDEMIOLOGICA ***Finalidade:*** *EQUIPAMENTO*	P	EQUIPAMENTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	UNIDADE	26,58	
1713 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO EQUIP.MAT.PERM P/ VIGILÂNCIA EM SAÚDE ***Finalidade:*** *VIGILÂNCIA*	P	VIGILÂNCIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	UNIDADE	26,58	
2274 - MANUT PROGRAMA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA ***Finalidade:*** *MANUT PROGRAMA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA*	A	VISISTAS A DOMICILIOS/ ESTABELECIMENTO COMERCIAIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	UNIDADE	26,58	
2277 - MANUT. PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA ***Finalidade:*** *MANUT. PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA*	A	VISISTAS ADOMICILIOS/ ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	UNIDADE	26,58	
2714 - Enfrentamento da Emergência da COVID19 ***Finalidade:*** *Enfrentamento da Emergência da COVID19*	A	Enfrentamento da Emergência da COVID19	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	UNIDADE	26,58	
2714 - Enfrentamento da Emergência da COVID19 ***Finalidade:*** *Enfrentamento da Emergência da COVID19*	A	Enfrentamento da Emergência da COVID19	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	UNIDADE	26,58	
2720 - MANUT.ATIV. DA ADM. DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE ***Finalidade:*** *SAÚDE*	A	SAÚDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	UNIDADE	26,58	
				Total do Programa:		

Total da Unidade Orçamentária 02.05.01:

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Unidade Orçamentária: 02.06.01 - UO: ADM. SEC. MUN POLIT. PUB. DESEN.SOC

Programa: 0401 - PLANEJAMENTO E GESTÃO

Objetivo: Prover os órgãos do Poder Público Municipal dos recursos humanos e meios administrativos necessários à realização dos objetivos finalistícos e manutenção dos programas de governo

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
1606 - CONSTRUÇÃO/REFORMA/AMPLIAÇÃO DA SEMDS ***Finalidade:*** *CONSTRUÇÃO*	P	CONSTRUÇÃO	UO: ADM. SEC. MUN POLIT. PUB. DESEN.SOC	UNIDADE	26,58	
2381 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. ADM DA SEMDS ***Finalidade:*** *MANUTENÇÃO DAS ATIV. ADM DA SEMDS*	A	SECRETARIA SEMDS MANTIDA	UO: ADM. SEC. MUN POLIT. PUB. DESEN.SOC	UNIDADE	26,58	
2450 - FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS ***Finalidade:*** *FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS*	A	ENTIDADE MANTIDA	UO: ADM. SEC. MUN POLIT. PUB. DESEN.SOC	UNIDADE	26,58	

Total do Programa:

Programa: 0801 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Objetivo: Promover o acompanhamento sócio-assistencial de pessoas em situação de vulnerabilidade, articulando serviços disponíveis e potencializando a rede de proteção social, como forma de desenvolver a cidadania e promover o ser humano.

1607 - AQUISIÇÃO EQUIP. MAT. PERM. PARA FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE ***Finalidade:*** *EQUIPAMENTOS*	P	EQUIPAMENTOS	UO: ADM. SEC. MUN POLIT. PUB. DESEN.SOC	UNIDADE	26,58	
1629 - PROGRAMA BANCO DE ALIMENTOS ***Finalidade:*** *ATENDER POPULAÇÃO*	P	ALIMENTO	UO: ADM. SEC. MUN POLIT. PUB. DESEN.SOC	UNIDADE	26,58	
2478 - MANUT.PARCERIAS ENTID.ASSIST.DEFICIENTE ***Finalidade:*** *MANUT.PARCERIAS ENTID.ASSIST.DEFICIENTE*	A	PARCERIAS PANTIDAS	UO: ADM. SEC. MUN POLIT. PUB. DESEN.SOC	UNIDADE	26,58	

UF: MINAS GERAIS

MUNICIPIO: LAGOA GRANDE

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Programa: 0801 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	Objetivo: Promover o acompanhamento sócio-assistencial de pessoas em situação de vulnerabilidade, articulando serviços disponíveis e potencializando a rede de proteção social, como forma de desenvolver a cidadania e promover o ser humano.

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
2714 - Enfrentamento da Emergência da COVID19 ***Finalidade:*** *Enfrentamento da Emergência da COVID19*	A	Enfrentamento da Emergência da COVID19	UO: ADM. SEC. MUN POLIT. PUB. DESEN.SOC	UNIDADE	26,58	
2716 - CMDCA - MANUT.DO CONSELHO MUN.DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ***Finalidade:*** *CMDCA - MANUT.DO CONSELHO MUN.DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.*	A	MANUTENÇÃO	UO: ADM. SEC. MUN POLIT. PUB. DESEN.SOC	UNIDADE	26,58	
				Total do Programa:		

Programa: 1401 - PROMOÇÃO DA CIDADANIA	Objetivo: Desenvolver ações voltadas à promoção da cidadania, com ênfase à promoção da criança e do adolescente

1608 - AQUISIÇÃO EQIP. MAT. PERM. CONSELHO TUTELAR ***Finalidade:*** *EQUIPAMENTOS*	P	EQUIPAMENTOS	UO: ADM. SEC. MUN POLIT. PUB. DESEN.SOC	UNIDADE	26,58	
2395 - MANUT.ATIV.CONSELHO TUTELAR ***Finalidade:*** *MANUT.ATIV.CONSELHO TUTELAR*	A	CONSELHO TUTELAR MANTIDO	UO: ADM. SEC. MUN POLIT. PUB. DESEN.SOC	UNIDADE	26,58	
				Total do Programa:		

Total da Unidade Orçamentária 02.06.01:

UF: MINAS GERAIS

MUNICIPIO: LAGOA GRANDE

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Unidade Orçamentária: 02.06.02 - UO: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIA - FMAS

Programa: 0801 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	Objetivo: Promover o acompanhamento sócio-assistencial de pessoas em situação de vulnerabilidade, articulando serviços disponíveis e potencializando a rede de proteção social, como forma de desenvolver a cidadania e promover o ser humano.

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
1410 - AQUIS.VEÍCULOS/EQUIP/MOBILIAR - SEMDS	P	VEÍCULOS/EQUIP/MOBILIAR - SEMDS ADQUIRIDOS	UO: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIA - FMAS	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *AQUIS.VEÍCULOS/EQUIP/MOBILIAR - SEMDS*						
1411 - AMPLIAÇÃO, REFORMA E ADAPTAÇÃO DO CRAS	P	AMPLIAÇÃO/REFORMA E ADAPTAÇÃO DO CRAS REALIZADAS	UO: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIA - FMAS	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *AMPLIAÇÃO, REFORMA E ADAPTAÇÃO DO CRAS*						
2394 - MANUT.ATIV.CONSELHO ASSIST.SOCIAL	A	ATIVIDADE MANTIDA	UO: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIA - FMAS	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *MANUT.ATIV.CONSELHO ASSIST.SOCIAL*						
2431 - REALIZ.CONFERENCIA MUNC.CRIANÇA E ADOLES	A	CONFERENCIA REALIZADA	UO: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIA - FMAS	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *REALIZ.CONFERENCIA MUNC.CRIANÇA E ADOLES*						
2472 - AÇÕES DE ATENÇÃO AO IDOSO	A	ATIVIDADE MANTIDA	UO: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIA - FMAS	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *AÇÕES DE ATENÇÃO AO IDOSO*						
2473 - CONCESSÃO AUXÍLIOS-BENEFICIOS EVENTUAIS	A	ATENDIMENTOS REALIZADOS	UO: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIA - FMAS	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *CONCESSÃO AUXÍLIOS-BENEFICIOS EVENTUAIS*						

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Programa: 0801 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Objetivo: Promover o acompanhamento sócio-assistencial de pessoas em situação de vulnerabilidade, articulando serviços disponíveis e potencializando a rede de proteção social, como forma de desenvolver a cidadania e promover o ser humano.

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
2475 - DISTRIB.BENS,MAT.E SERV.PESSOAS CARENTES	A	ATIVIDADE MANTIDA	UO: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIA - FMAS	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *DISTRIB.BENS,MAT.E SERV.PESSOAS CARENTES*						
2476 - MAUNT. PARCERIAS ENTIDADES ASSIST.SOCIAL	A	ENTIDADES MANTIDAS	UO: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIA - FMAS	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *MAUNT. PARCERIAS ENTIDADES ASSIST.SOCIAL*						
2634 - FUNDO MUN. DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE/FIA	A	CONTRIBUIÇÃO	UO: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIA - FMAS	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *APOIO*						
2636 - MANUT. PRIMEIRA INFANCIA NO SUAS/CRIANÇA FELIZ	A	CONTRIBUIÇÃO	UO: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIA - FMAS	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *APOIO*						
2643 - AQUISIÇÃO EQUIPAMENTO MATERIAL PERMANENTE PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS/CRIANÇA FELIZ	A	CONTRIBUIÇÃO	UO: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIA - FMAS	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *APOIO*						
2702 - GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CAD ÚNICO	A	BOLSA FAMÍLIA	UO: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIA - FMAS	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CAD ÚNICO*						
2704 - MANUTENÇÃO DO CRAS	A	ATENDIMENTO POPULAÇÃO	UO: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIA - FMAS	UNIDADE	26,58	

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Programa: 0801 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Objetivo: Promover o acompanhamento sócio-assistencial de pessoas em situação de vulnerabilidade, articulando serviços disponíveis e potencializando a rede de proteção social, como forma de desenvolver a cidadania e promover o ser humano.

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
Finalidade: *MANUTENÇÃO DO CRAS*						
2724 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO	A	PROTEÇÃO SOCIAL	UO: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIA - FMAS	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *PROTEÇÃO SOCIAL*						
2732 - PROGRAMA MAMÃE CHEGUEI	A	CRIANÇAS ATENDIDAS	UO: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIA - FMAS	Pessoa	26,58	
Finalidade: *PROGRAMA MAMÃE CHEGUEI*						
				Total do Programa:		

Total da Unidade Orçamentária 02.06.02:

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Unidade Orçamentária: 02.06.04 - UO: FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Programa: 1601 - EXPANSÃO HABITACIONAL RURAL	Objetivo: Reduzir o déficit habitacional da zona rural de Lagoa Grande através de construção de habitação popular ou apoio para construção da casa própria, através da captação de recursos junto ao governo Estadual/Federal.

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
1412 - CONSTR/REFORMA UNID.HABIT/ZONA RURAL	P	CONSTR/REFORMA UNID.HABIT/ZONA RURAL REALIZADAS	UO: FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *CONSTR/REFORMA UNID.HABIT/ZONA RURAL*						
				Total do Programa:		

Programa: 1602 - EXPANSÃO HABITACIONAL URBANA	Objetivo: Reduzir o déficit habitacional da cidade de Lagoa Grande através de construção de habitação popular ou apoio para construção da casa própria, através da captação de recursos junto ao governo Estadual/Federal.

1413 - CONSTR/REFORMA UNID.HABIT/ZONA URBANA	P	CONSTR/REFORMA UNID.HABIT/ZONA URBANA REALIZADAS	UO: FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *CONSTR/REFORMA UNID.HABIT/ZONA URBANA*						
				Total do Programa:		

Total da Unidade Orçamentária 02.06.04:

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Unidade Orçamentária: 02.07.01 - SECRET. MUN. DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMB

Programa: 1702 - SANEAMENTGO BÁSICO RURAL

Objetivo: Dotar a zona rural de estrutura básica de saneamento, com ênfase para o combate à seca, construção de barragens, acudes,poços artesianos e sistema de distribuição de agua.

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
1467 - DISPONIBILIZAÇÃO DE ÁQUA PARA TODOS ***Finalidade:*** *DISPONIBILIZAÇÃO DE ÁQUA PARA TODOS*	P	ENTIDADES ATENDIDAS	SECRET. MUN. DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMB	UNIDADE	26,58	
				Total do Programa:		

Programa: 1801 - PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo: Implementar políticas de gestão do meio ambiente através de ações voltadas à qualidade ambiental, fiscalização,licenciamento e proteção dos recursos naturais.

1609 - CONST/REFORMA/ PROTEÇÃO, RECUP. E PROM DOS ECOSSISTEMAS ***Finalidade:*** *REFORMA*	P	REFORMA	SECRET. MUN. DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMB	UNIDADE	26,58	
1612 - AQUISIÇÃO EQUIP. MAT. PERM. DA UNIDADE DE TRIAGEM ***Finalidade:*** *EQUIPAMENTOS*	P	EQUIPAMENTOS	SECRET. MUN. DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMB	UNIDADE	26,58	
2415 - PROTEÇÃO, RECUP. E PROM DOS ECOSSISTEMAS ***Finalidade:*** *PROTEÇÃO, RECUP. E PROM DOS ECOSSISTEMAS*	A	PROTEÇÃO, RECUP. E PROM DOS ECOSSISTEMAS REALIZADA	SECRET. MUN. DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMB	UNIDADE	26,58	
2494 - MANUT. DAS ATIV. DA UNIDADE DE TRIAGEM E COMPOSTAGEM ***Finalidade:*** *PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL*	A	PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE	SECRET. MUN. DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMB	UNIDADE	26,58	

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Programa: 1801 - PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo: Implementar políticas de gestão do meio ambiente através de ações voltadas à qualidade ambiental, fiscalização,licenciamento e proteção dos recursos naturais.

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
2633 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PRAÇAS E JARDINS ***Finalidade:*** *MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PRAÇAS E JARDINS*	A	CONSERVAÇÃO	SECRET. MUN. DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMB	UNIDADE	26,58	
2635 - AQUISIÇÃO EQUIPAMENTO MATERIAL PERMANENTE DA CONSERVAÇÃO DE PRAÇAS E JARDINS. ***Finalidade:*** *APOIO*	A	CONTRIBUIÇÃO	SECRET. MUN. DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMB	UNIDADE	26,58	
2637 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO VIVEIRO MUNICIPAL ***Finalidade:*** *APOIO*	A	CONTRIBUIÇÃO	SECRET. MUN. DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMB	UNIDADE	26,58	
2639 - CONSTRUÇÃO IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO VIVEIRO MUNICIPAL ***Finalidade:*** *APOIO*	A	CONTRIBUIÇÃO	SECRET. MUN. DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMB	UNIDADE	26,58	
2641 - AQUISIÇÃO EQUIPAMENTO MATERIAL PERMANENTE DO VIVEIRO MUNICIPAL ***Finalidade:*** *APOIO*	A	CONTRIBUIÇÃO	SECRET. MUN. DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMB	UNIDADE	26,58	

Total do Programa:

Programa: 2001 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Objetivo: Organ,qualificar e oferecer alternat.prod.aos produt.rurais, buscando mecanismos que possibilitem explor.eficiente daspropried.e garantam, qualid.e segurança e meios de comerc, buscando o desenv.sócio-econom.sustent.agronegocio

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
1414 - AQUIS. VEIC. PATRULHA, IMPLEMENTOS E MAQ ***Finalidade:*** *AQUIS. VEIC. PATRULHA, IMPLEMENTOS E MAQ*	P	VEICULOS/ PATRULHA,/IMPLEMENTOS E MAQ ADQUIRIDOS	SECRET. MUN. DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMB	UNIDADE	26,58	
1613 - AQUISIÇÃO EQUIP. MAT. PERM. ADM. SECRET. AGROPECUÁRIA ***Finalidade:*** *EQUIPAMENTOS*	P	EQUIPAMENTOS	SECRET. MUN. DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMB	UNIDADE	26,58	
1615 - AQUISIÇÃO EQUIP. MAT. PREM. ATV. PROM. AGROPECUARIA ***Finalidade:*** *EQUIPQMENTOS*	P	EQUIPQMENTOS	SECRET. MUN. DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMB	UNIDADE	26,58	
2419 - MANUT. ATIV. ADM SECRET. AGROPECUÁRIA ***Finalidade:*** *MANUT. ATIV. ADM SECRET. AGROPECUÁRIA*	A	ENTIDADE MANTIDA	SECRET. MUN. DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMB	UNIDADE	26,58	
2424 - MANUT. PARCERIAS ENTID.PROM.DESENV.RURAL ***Finalidade:*** *MANUT. PARCERIAS ENTID.PROM.DESENV.RURAL*	A	ENTIDADES MANTIDAS	SECRET. MUN. DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMB	UNIDADE	26,58	
2479 - MANUT.ATIV.PROM.DESENV.AGROPEC ***Finalidade:*** *MANUT.ATIV.PROM.DESENV.AGROPEC*	A	PRODUTORES RURAIS ATENDIDOS	SECRET. MUN. DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMB	UNIDADE	26,58	
2518 - TRANSF. CONTR. P ASS. DOS FEIRANTES ***Finalidade:*** *APOIO*	A	CONTRIBUICAO	SECRET. MUN. DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMB	UNIDADE	26,58	

UF: MINAS GERAIS

MUNICIPIO: LAGOA GRANDE

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Programa: 2001 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Objetivo: Organ,qualificar e oferecer alternat.prod.aos produt.rurais, buscando mecanismos que possibilitem explor.eficiente daspropried.e garantam, qualid.e segurança e meios de comerc, buscando o desenv.sócio-econom.sustent.agronegocio

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
2532 - TRANSF. CONTR. P. ASS. PEQ. PROD. R. FAZ CAIS ***Finalidade:*** *APOIO*	A	CONTRIBUIÇÃO	SECRET. MUN. DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMB	UNIDADE	26,58	
2533 - TRANSF. CONTR. P. ASS. PEQ. PROD. R. BURITIZINHO ***Finalidade:*** *APOIO*	A	CONTRIBUIÇÃO	SECRET. MUN. DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMB	UNIDADE	26,58	
2534 - TRANSF. CONTR. P. ASS. PEQ. PROD. R. FAZ MALH. DA SERRA ***Finalidade:*** *APOIO*	A	CONTRIBUIÇÃO	SECRET. MUN. DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMB	UNIDADE	26,58	
2535 - TRANSF. CONTR. P. ASS. PEQ. PROD. R. FAZ MATINHA ***Finalidade:*** *APOIO*	A	CONTRIBUIÇÃO	SECRET. MUN. DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMB	UNIDADE	26,58	
2536 - TRANSF. CONTR. P. ASS. PEQ. PROD. R. BAR. DO CAMPO ***Finalidade:*** *APOIO*	A	CONTRIBUIÇÃO	SECRET. MUN. DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMB	UNIDADE	26,58	
2537 - TRANSF. CONTR. P. ASS. PEQ. PROD. R. VEREDA DO BOI ***Finalidade:*** *APOIO*	A	CONTRIBUIÇÃO	SECRET. MUN. DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMB	UNIDADE	26,58	
2538 - TRANSF. CONTR. P. ASS. PEQ. PROD. R. DO FRIO	A	CONTRIBUIÇÃO	SECRET. MUN. DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMB	UNIDADE	26,58	

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Programa: 2001 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Objetivo: Organ,qualificar e oferecer alternat.prod.aos produt.rurais, buscando mecanismos que possibilitem explor.eficiente daspropried.e garantam, qualid.e segurança e meios de comerc, buscando o desenv.sócio-econom.sustent.agronegocio

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
Finalidade: *APOIO*						
2539 - ASSOCIAÇÃO P. PROD. DO P.A NOSSO ORGULHO ***Finalidade:*** *APOIO*	A	CONTRIBUIÇÃO	SECRET. MUN. DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMB	UNIDADE	26,58	
2540 - ASSOCIAÇÃO P. PROD. DO P.A ALIANÇA E PROCESSO ***Finalidade:*** *APOIO*	A	CONTRIBUIÇÃO	SECRET. MUN. DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMB	UNIDADE	26,58	
2541 - ASSOCIAÇÃO P. PROD. DO P.A NOVA CONQUISTA ***Finalidade:*** *APOIO*	A	CONTRIBUIÇÃO	SECRET. MUN. DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMB	UNIDADE	26,58	
2542 - ASSOCIAÇÃO P. PROD. DO P.A FELIZ UNIÃO ***Finalidade:*** *APOIO*	A	CONTRIBUIÇÃO	SECRET. MUN. DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMB	UNIDADE	26,58	
2543 - ASSOCIAÇÃO P. PROD. DO P.A FAZ. CABACEIRAS ***Finalidade:*** *APOIO*	A	CONTRIBUIÇÃO	SECRET. MUN. DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMB	UNIDADE	26,58	
2544 - ASSOCIAÇÃO P. PROD. DO P.A PARTICIPAÇÃO ***Finalidade:*** *APOIO*	A	CONTRIBUIÇÃO	SECRET. MUN. DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMB	UNIDADE	26,58	

UF: MINAS GERAIS

MUNICIPIO: LAGOA GRANDE

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Programa: 2001 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Objetivo: Organ,qualificar e oferecer alternat.prod.aos produt.rurais, buscando mecanismos que possibilitem explor.eficiente daspropried.e garantam, qualid.e segurança e meios de comerc, buscando o desenv.sócio-econom.sustent.agronegocio

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
2545 - ASSOCIAÇÃO P. PROD. DO P.A RENOVAÇÃO	A	CONTRIBUIÇÃO	SECRET. MUN. DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMB	UNIDADE	26,58	

Finalidade: *APOIO*

Total do Programa:

Total da Unidade Orçamentária 02.07.01:

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Unidade Orçamentária: 02.08.01 - SEC. MUN. ESP. LAZER, CULT E TURISMO

Programa: 0401 - PLANEJAMENTO E GESTÃO

Objetivo: Prover os órgãos do Poder Público Municipal dos recursos humanos e meios administrativos necessários à realização dos objetivos finalistícos e manutenção dos programas de governo

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
1616 - AQUISIÇÃO EQUIP.MAT.PERM.MANUT.ATIV.SECRET.ESP.LAZ ***Finalidade:*** *EQUIPAMENTOS*	P	EQUIPAMENTOS	SEC. MUN. ESP. LAZER, CULT E TURISMO	UNIDADE	26,58	
2420 - MANUT.ATIV.ADM.SECRET.ESP.LAZER,CULT.TUR ***Finalidade:*** *MANUT.ATIV.ADM.SECRET.ESP.LAZER,CULT.TUR*	A	ENTIDADE MANTIDA	SEC. MUN. ESP. LAZER, CULT E TURISMO	UNIDADE	26,58	
				Total do Programa:		

Programa: 1301 - INCENTIVO A CULTURA

Objetivo: Promover ações voltadas às atividades artísticas-culturais, através de eventos e desenvolvimento de projetos em paceriascom a comunidade, realizar e apoiar a realização de eventos e festividades de promoção da cultura.

1620 - CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO ATV. CULT.EVENTOS E FESTA TRADICIONAL ***Finalidade:*** *AMPLIAÇÃO*	P	AMPLIAÇÃO	SEC. MUN. ESP. LAZER, CULT E TURISMO	UNIDADE	26,58	
1621 - AQUISIÇÃO EQUIP.MAT.PERM.ATIV.CULT.EVENTOS E FESTAS ***Finalidade:*** *EQUIPAMENTOS*	P	EQUIPAMENTOS	SEC. MUN. ESP. LAZER, CULT E TURISMO	UNIDADE	26,58	
2045 - MANUT. BIBLIOTECA PÚBLICA ***Finalidade:*** *MANUT. BIBLIOTECA PÚBLICA*	A	ATIVIDADES MANTIDA	SEC. MUN. ESP. LAZER, CULT E TURISMO	UNIDADE	26,58	
2483 - MANUT.ATIV.CULT,EVENTOS E FEST.TRADICION ***Finalidade:*** *MANUT.ATIV.CULT,EVENTOS E FEST.TRADICION*	A	EVENTOS REALIZADOS	SEC. MUN. ESP. LAZER, CULT E TURISMO	UNIDADE	26,58	

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Programa: 1301 - INCENTIVO A CULTURA

Objetivo: Promover ações voltadas às atividades artísticas-culturais, através de eventos e desenvolvimento de projetos em paceriascom a comunidade, realizar e apoiar a realização de eventos e festividades de promoção da cultura.

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
2722 - MANUT.DO CONSERVATÓRIO MUNICIPAL ***Finalidade:*** *CULTURA*	A	CULTURA	SEC. MUN. ESP. LAZER, CULT E TURISMO	UNIDADE	26,58	
2734 - MANUT. E CONSERV. DA CASA DA CULTURA ***Finalidade:*** *MANUT. E CONSERV. DA CASA DA CULTURA*	A	CULTURA	SEC. MUN. ESP. LAZER, CULT E TURISMO	UNIDADE	26,58	

Total do Programa:

Programa: 1302 - PRESERVAÇÃO AO ACERVO HISTÓRICO-CULTURAL

Objetivo: Adquirir, construir, restaurar e presevar o patrimônio histórico-cultural do Município de bens móveis e imóveis; executar politicas de preservação do acervo cultural material e imaterial do Município.

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
1617 - CONSTRUÇÃO/REFORMA FUNDO PROT.PATR.CULT.MUNIC.LAGO G-FUMPAC ***Finalidade:*** *REFORMA*	P	REFORMA	SEC. MUN. ESP. LAZER, CULT E TURISMO	UNIDADE	26,58	
1618 - AQUISIÇÃO EQUIP.MAT.PERM.FUNDO PROT.PATR.CULT.MINC.LAGO G-FUMPAC ***Finalidade:*** *EQUIPAMENTOS*	P	EQUIPAMENTOS	SEC. MUN. ESP. LAZER, CULT E TURISMO	UNIDADE	26,58	
2482 - FUNDO PROT.PATR.CULT.MUNIC.LAGO G-FUMPAC ***Finalidade:*** *FUNDO PROT.PATR.CULT.MUNIC.LAGO G-FUMPAC*	A	ATIVIDADES REALIZADAS	SEC. MUN. ESP. LAZER, CULT E TURISMO	UNIDADE	26,58	

Total do Programa:

Programa: 2301 - CONHEÇA LAGOA GRANDE/MG

Objetivo: Transformar Lagoa Grande em destino turístico de referência e excelência; desenvolver politicas e eventos de promoção e desenvolvimento do turismo no Município.

UF: MINAS GERAIS

MUNICIPIO: LAGOA GRANDE

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
1416 - DESENV. INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA ***Finalidade:*** *DESENV. INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA*	P	ATIVIDADE MANTIDA	SEC. MUN. ESP. LAZER, CULT E TURISMO	UNIDADE	26,58	
1622 - AQUISIÇÃO EQUIP. MAT.PERM.FESTA/CARNAVAL/EXPOS/SEMIN/PROM.TURISMO ***Finalidade:*** *EQUIPAMENTOS*	P	EQUIPAMENTOS	SEC. MUN. ESP. LAZER, CULT E TURISMO	UNIDADE	26,58	
2480 - FESTAS/CARNAVAL/EXPOS/SEMIN/PROM.TURISMO ***Finalidade:*** *FESTAS/CARNAVAL/EXPOS/SEMIN/PROM.TURISMO*	A	EVENTOS REALIZADOS	SEC. MUN. ESP. LAZER, CULT E TURISMO	UNIDADE	26,58	
2514 - TRANSF. DE CONT. CIRCUITO TURISTICO ***Finalidade:*** *APOIO*	A	CONTRIBUICAO	SEC. MUN. ESP. LAZER, CULT E TURISMO	UNIDADE	26,58	
2516 - TRANSF. CONTR. P ASS. C. DE MULHERES ***Finalidade:*** *APOIO*	A	CONTRIBUICAO	SEC. MUN. ESP. LAZER, CULT E TURISMO	UNIDADE	26,58	
2520 - TRANSF. CONTR. P SINDICATO DOS PRODUTORES ***Finalidade:*** *APOIO*	A	CONTRIBUICAO	SEC. MUN. ESP. LAZER, CULT E TURISMO	UNIDADE	26,58	
2522 - TRANSF. CONTR. P ASS. DOS FOLIOES ***Finalidade:*** *APOIO*	A	CONTRIBUICAO	SEC. MUN. ESP. LAZER, CULT E TURISMO	UNIDADE	26,58	
2524 - TRANSF. CONTR. P ASS. DE CARREIROS E CANDEEIROS ***Finalidade:*** *APOIO*	A	CONTRIBUICAO	SEC. MUN. ESP. LAZER, CULT E TURISMO	UNIDADE	26,58	

UF: MINAS GERAIS

MUNICIPIO: LAGOA GRANDE

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Programa: 2301 - CONHEÇA LAGOA GRANDE/MG

Objetivo: Transformar Lagoa Grande em destino turístico de referência e excelência; desenvolver politicas e eventos de promoção e desenvolvimento do turismo no Município.

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
2645 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO ***Finalidade:*** *APOIO*	A	CONTRIBUIÇÃO	SEC. MUN. ESP. LAZER, CULT E TURISMO	UNIDADE	26,58	
2712 - ASS.CRISTÃ DE LAGOA GRANDE-MG ***Finalidade:*** *ATIVIDADE ASSOCIATIVA*	A	ASSISTENCIALISMO	SEC. MUN. ESP. LAZER, CULT E TURISMO	UNIDADE	26,58	
				Total do Programa:		

Programa: 2701 - PROMOÇÃO DO ESPORTE E DO LAZER

Objetivo: Estimular a prática de esportes, lazer e atividades físicas para o desenvolvimento de potencialidades do ser humano, promovendo o seu bem estar, sua promoção social, visando a consolidação da cidadania.

1462 - CONST/REF.GIN/QUADRA/ESTADIO/PRAÇAS ESP ***Finalidade:*** *CONST/REF.GIN/QUADRA/ESTADIO/PRAÇAS ESP*	P	GINASIO/QUADRA/ESTADIO/PRAÇAS ESP CONSTRUIDA/REFOR	SEC. MUN. ESP. LAZER, CULT E TURISMO	UNIDADE	26,58	
1463 - AQUIS.EQUIP.MAT.PERM.P/ESPORTE E LAZER ***Finalidade:*** *AQUIS.EQUIP.MAT.PERM.P/ESPORTE E LAZER*	P	EQUIP.MAT.PERM.P/ESPORTE E LAZER ADQUIRIDOS	SEC. MUN. ESP. LAZER, CULT E TURISMO	UNIDADE	26,58	
2427 - PROD.PROM.APOIO AO ESP.LAZER E EVENTOS ***Finalidade:*** *PROD.PROM.APOIO AO ESP.LAZER E EVENTOS*	A	EVENTOS REALIZADOS	SEC. MUN. ESP. LAZER, CULT E TURISMO	UNIDADE	26,58	
2429 - MANUT.PARCERIAS ENTID. APOIO AO ESPORTE ***Finalidade:*** *MANUT.PARCERIAS ENTID. APOIO AO ESPORTE*	A	PARCERIA MANTIDA	SEC. MUN. ESP. LAZER, CULT E TURISMO	UNIDADE	26,58	

UF: MINAS GERAIS

MUNICIPIO: LAGOA GRANDE

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Programa: 2701 - PROMOÇÃO DO ESPORTE E DO LAZER

Objetivo: Estimular a prática de esportes, lazer e atividades físicas para o desenvolvimento de potencialidades do ser humano, promovendo o seu bem estar, sua promoção social, visando a consolidação da cidadania.

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
2498 - INCENTIVO . APOIO. COPA AMAPAR	A	ESPORTE	SEC. MUN. ESP. LAZER, CULT E TURISMO	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *APOIO AO ESPORTE*						

Total do Programa:

Total da Unidade Orçamentária 02.08.01:

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Unidade Orçamentária: 02.09.01 - SEC.MUN.INFRA ESTR. E OBRAS PÚBLICAS

Programa: 0401 - PLANEJAMENTO E GESTÃO

Objetivo: Prover os órgãos do Poder Público Municipal dos recursos humanos e meios administrativos necessários à realização dos objetivos finalistícos e manutenção dos programas de governo

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
2489 - MANUT.ATIV.ADM.SEC.INFRA ESTR.OBRAS PUB	A	ENTIDADE MANTIDA	SEC.MUN.INFRA ESTR. E OBRAS PÚBLICAS	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *MANUT.ATIV.ADM.SEC.INFRA ESTR.OBRAS PUB*						
Total do Programa:						

Programa: 1501 - INFRA-ESTRUTURA URBANA

Objetivo: Realizar, projetos e ações que visem ampliação, a manutenção e a revitalização da infra-estrutura urbana, com melhorias das vias, parques, praças e jardins, buscando oferecer à população melhoria qualidade de vida.

1089 - PAVIMENTAÇÃO / RECAPEAMENTO - VIAS PÚBLI	P	PAVIMENTAÇÃO / RECAPEAMENTO - M2	SEC.MUN.INFRA ESTR. E OBRAS PÚBLICAS	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *PAVIMENTAÇÃO / RECAPEAMENTO - VIAS PÚBLI*						
1090 - CONST/REVITALIZAÇÃO PRAÇAS RUAS E AVEN	P	CONST/REVITALIZAÇÃO PRAÇAS RUAS E AVEN REALIZADAS	SEC.MUN.INFRA ESTR. E OBRAS PÚBLICAS	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *CONST/REVITALIZAÇÃO PRAÇAS RUAS E AVEN*						
1419 - REVITALIZAÇÃO/MELHORIAS ORLA DA LAGOA	P	REVITALIZAÇÃO/MELHORIAS ORLA DA LAGOA REALIZADA	SEC.MUN.INFRA ESTR. E OBRAS PÚBLICAS	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *REVITALIZAÇÃO/MELHORIAS ORLA DA LAGOA*						
1421 - EXPANSÃO DA REDE ELETRIFICAÇÃO URBANA	P	KM AMPLIADO/MELHORADO	SEC.MUN.INFRA ESTR. E OBRAS PÚBLICAS	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *EXPANSÃO DA REDE ELETRIFICAÇÃO URBANA*						
1422 - AQUISIÇÃO VEÍCULOS/EQUIPAMENTOS/MOBILIÁR	P	VEÍCULOS/EQUIPAMENTOS/MOBILIÁR ADQUIRIDOS	SEC.MUN.INFRA ESTR. E OBRAS PÚBLICAS	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *AQUISIÇÃO VEÍCULOS/EQUIPAMENTOS/MOBILIÁR*						

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Programa: 1501 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	Objetivo: Realizar, projetos e ações que visem ampliação, a manutenção e a revitalização da infra-estrutura urbana, com melhorias das vias, parques, praças e jardins, buscando oferecer à população melhoria qualidade de vida.

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
1624 - MANUTENÇÃO/REFORMA PRAÇAS, RUAS E AVENIDAS ***Finalidade:*** *REFORMA*	P	REFORMA	SEC.MUN.INFRA ESTR. E OBRAS PÚBLICAS	UNIDADE	26,58	
1717 - PAVIMENTAÇÃO / RECAPEAMENTO - ALVORADA ***Finalidade:*** *PAVIMENTAÇÃO / RECAPEAMENTO - ALVORADA*	P	UNIDADES CONSTR/REFORMA/AMPL.	SEC.MUN.INFRA ESTR. E OBRAS PÚBLICAS	Percentual	26,58	
2377 - MANUT.SERVIÇOS URBANOS E CONSERV. LOGRAD ***Finalidade:*** *MANUT.SERVIÇOS URBANOS E CONSERV. LOGRAD*	A	% DE VIAS PÚBLICAS ATENDIDAS	SEC.MUN.INFRA ESTR. E OBRAS PÚBLICAS	UNIDADE	26,58	

Total do Programa:

Programa: 1502 - MANUT. CONSERVAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	Objetivo: Desenvolver ações de conservação dos serviços públicos, com ênfase na manutenção do patrimônio público.

1623 - CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO DE PREDIOS PUBLICOS ***Finalidade:*** *AMPLIAÇÃO*	P	AMPLIAÇÃO	SEC.MUN.INFRA ESTR. E OBRAS PÚBLICAS	UNIDADE	26,58	
2485 - MANUTENÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS PÚBLICOS ***Finalidade:*** *MANUTENÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS PÚBLICOS*	A	MANUTENÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS PÚBLICOS REALIZADA	SEC.MUN.INFRA ESTR. E OBRAS PÚBLICAS	UNIDADE	26,58	

Total do Programa:

Programa: 1603 - REGULARIZAÇÃO HABITACIONAL URBANA	Objetivo: Reduzir o número de imóveis irregulares na cidade de Lagoa Grande, através de projetos e programas Habitacional.

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
2730 - MANUTENÇÃO/ ATIVIDADE - REURB	A	MANUTENÇÃO/ ATIVIDADE - REURB	SEC.MUN.INFRA ESTR. E OBRAS PÚBLICAS	Percentual	26,58	
Finalidade: *MANUTENÇÃO/ ATIVIDADE - REURB*						
Total do Programa:						
Programa: 1701 - SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICC		Objetivo: Dotar o Município de condições de saneamento, com ampliação do sistema de captação, tratamento e distribuição de água, ampliando o sistema de rede coletora de esgoto e construção de sistema de tratamento do esgoto coletado.				
1423 - AMP/MELHORIA SISTEMA ÁQUA E ESGOTO	P	KM AMPLIADO/MELHORADO	SEC.MUN.INFRA ESTR. E OBRAS PÚBLICAS	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *AMP/MELHORIA SISTEMA ÁQUA E ESGOTO*						
1625 - CONSTRUÇÃO/REFORMA SISTEMA ÁGUA E ESGOTO	P	CONSTRUÇÃO	SEC.MUN.INFRA ESTR. E OBRAS PÚBLICAS	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *CONSTRUÇÃO*						
1715 - Desapropriação de imóvel	P	imóvel	SEC.MUN.INFRA ESTR. E OBRAS PÚBLICAS	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *Desapropriação*						
Total do Programa:						
Programa: 2601 - INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA		Objetivo: Promover projetos e ações que visem a ampliação e melhorias da malha viária, com construção, restauração e conservação de estradas, vias, mata-burros e pontes e ampliação e melhoramento da frota municipal.				
1424 - CONST/REF DE PONTES,MATA-BURROS E BUEIRO	P	PONTES/MATA-BURROS E BUEIRO CONSTRUIDO/REFORMADO	SEC.MUN.INFRA ESTR. E OBRAS PÚBLICAS	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *CONST/REF DE PONTES,MATA-BURROS E BUEIRO*						

UF: MINAS GERAIS

MUNICIPIO: LAGOA GRANDE

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Programa: 2601 - INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA

Objetivo: Promover projetos e ações que visem a ampliação e melhorias da malha viária, com construção, restauração e conservação de estradas, vias, mata-burros e pontes e ampliação e melhoramento da frota municipal.

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
1425 - AQUIS.MAQ.EQUIP.P/ INFRA-ESTR.VIÁRIA ***Finalidade:*** *AQUIS.MAQ.EQUIP.P/ INFRA-ESTR.VIÁRIA*	P	MAQUINAS/EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS	SEC.MUN.INFRA ESTR. E OBRAS PÚBLICAS	UNIDADE	26,58	
1426 - PAVIMEN/REVIT/MELHORIAS ACESSO BR 040 ***Finalidade:*** *PAVIMEN/REVIT/MELHORIAS ACESSO BR 040*	P	PAVIMEN/REVIT/MELHORIAS ACESSO BR 040 REALIZADAS	SEC.MUN.INFRA ESTR. E OBRAS PÚBLICAS	UNIDADE	26,58	
1626 - CONST./REF. DE PONTES, MATA-BURROS E BUEIRO ***Finalidade:*** *REFORMA*	P	REFORMA	SEC.MUN.INFRA ESTR. E OBRAS PÚBLICAS	UNIDADE	26,58	
1627 - AQUISIÇÃO EQUIP.MAR.PERM. DE PONTES, MATA-BURROS E BUEIROS ***Finalidade:*** *EQUIPAMENTOS*	P	EQUIPAMENTOS	SEC.MUN.INFRA ESTR. E OBRAS PÚBLICAS	UNIDADE	26,58	
2102 - MANUT.ATIV.TRANP./INFRA/ESTR.VIÁRIA ***Finalidade:*** *MANUT.ATIV.TRANP./INFRA/ESTR.VIÁRIA*	A	ATIVIDADES MANTIDAS	SEC.MUN.INFRA ESTR. E OBRAS PÚBLICAS	UNIDADE	26,58	

Total do Programa:

Total da Unidade Orçamentária 02.09.01:

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Unidade Orçamentária: 02.10.01 - SECRET.MUN.FINAN,DESENV.ECON.CAP.RECURSO

Programa: 0403 - GESTÃO FINANCEIRA

Objetivo: Desenvolver o planejamento estratégico e a exec.de potilica econômica, tributária e financeira do Munic; acompanhar o planej.orçamentário e financeiro do Lagoa Grande; manter o equilibrio das contas públicas

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
1353 - AQUIS.MAT.EQUIP.SEC.DESEN.ECON.CAP.REC.	P	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	SECRET.MUN.FINAN,DESENV.ECON.CAP.RECURSO	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *AQUIS.MAT.EQUIP.SEC.DESEN.ECON.CAP.REC.*						
2397 - MANUT.ATIV.SEC.FINAN.DESENV.ECON.CAP.REC	A	ATIVIDADES MANTIDAS	SECRET.MUN.FINAN,DESENV.ECON.CAP.RECURSO	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *MANUT.ATIV.SEC.FINAN.DESENV.ECON.CAP.REC*						

Total do Programa:

Total da Unidade Orçamentária 02.10.01:

UF: MINAS GERAIS

MUNICIPIO: LAGOA GRANDE

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Unidade Orçamentária: 02.11.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Programa: 0000 - ENCARGOS ESPECIAIS

Objetivo: Englobar as despesas em relacao as quais nao se possa associar um bem ou servico a ser gerado no processo produtivo corrente.

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
2006 - PRECATÓRIOS / SENTENÇAS JUDICIAIS	A	ATIVIDADES MANTIDAS	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *PRECATÓRIOS / SENTENÇAS JUDICIAIS*						
2439 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DIVERSAS	A	ATIVIDADES MANTIDAS	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DIVERSAS*						
2486 - CONSTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP	A	ATIVIDADES MANTIDAS	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *CONSTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP*						
2487 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA	A	ATIVIDADES MANTIDAS	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA*						
				Total do Programa:		

Programa: 0401 - PLANEJAMENTO E GESTÃO

Objetivo: Prover os órgãos do Poder Público Municipal dos recursos humanos e meios administrativos necessários à realização dos objetivos finalistícos e manutenção dos programas de governo

2013 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS SOBRE AUTÔNOMOS	A	ATIVIDADES MANTIDAS	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *OBRIGAÇÕES PATRONAIS SOBRE AUTÔNOMOS*						
2432 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	A	ATIVIDADES MANTIDAS	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES*						

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Programa: 0401 - PLANEJAMENTO E GESTÃO

Objetivo: Prover os órgãos do Poder Público Municipal dos recursos humanos e meios administrativos necessários à realização dos objetivos finalistícos e manutenção dos programas de governo

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
2436 - DESPESAS C/JUROS,TARIAS,TAXAS E ENC.FIN	A	ATIVIDADES MANTIDAS	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *DESPESAS C/JUROS,TARIAS,TAXAS E ENC.FIN*						
2490 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	A	ATIVIDADES MANTIDAS	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS*						
2546 - MANUTENÇÃO DE PARCERIAS COM ENTIDADES DE APOIO ADMINISTRATIVO	A	PARCERIA	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *MANUTENÇÃO DE PARCERIAS COM ENTIDADES DE APOIO ADMINISTRATIVO*						
				Total do Programa:		

Programa: 0402 - SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR

Objetivo: Supervisionar e coordenar a Administração Municipal; exercer a representação oficial do município; intermediar o contato direto do Chefe do Executivo Municipal com o público e todos os segmentos da sociedade.

2441 - MANUT. CONV. ENTIDADES GOVERNAMENTAIS	A	ENTIDADES ATENDIDAS	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *MANUT. CONV. ENTIDADES GOVERNAMENTAIS*						
				Total do Programa:		

Programa: 0404 - ASSOCIATIVISMO

Objetivo: Oferecer contribuições, auxílios e repasse financeiros a entidades legalmente constituídas, visando o estabelecimento deparcerias técnicas, financeiras e operacionais da execução de ações e programas de desenvolv. do Município

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Programa: 0404 - ASSOCIATIVISMO

Objetivo: Oferecer contribuições, auxilios e repasse financeiros a entidades legalmente constituídas, visando o estabelecimento deparcerias técnicas, financeiras e operacionais da execução de ações e programas de desenvolv. do Município

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
1408 - INVESTIMENTO CONTRATO RATEIO CONVALES ***Finalidade:*** *ATENDER A POPULAÇÃO*	P	ILUMINAÇÃO PUBLICA	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	UNIDADE	26,58	
2428 - MANUTENÇÃO DO CONTRATO DE RATEIO COM CONVALES ***Finalidade:*** *ATENDER A POPULAÇÃO*	A	ILUMINAÇÃO PUBLICA	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	UNIDADE	26,58	
				Total do Programa:		

Programa: 0601 - APOIO Á SEGURANÇA PÚBLICA

Objetivo: Implementar politicas de parcerias, visando manter ações de segurança pública, defesa civil e promoção da cidadania

2014 - MANUTENÇÃO DE CONVÊNIO COM POLÍCIA CIVIL ***Finalidade:*** *MANUTENÇÃO DE CONVÊNIO COM POLÍCIA CIVIL*	A	ATIVIDADES MANTIDAS	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	UNIDADE	26,58	
2015 - MANUTENÇÃO DE CONVÊNIOS COM POLÍCIA MILI ***Finalidade:*** *MANUTENÇÃO DE CONVÊNIOS COM POLÍCIA MILI*	A	CONVENIO MANTIDO	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	UNIDADE	26,58	
2443 - MANUT. ATIV. DEFESA CIVIL ***Finalidade:*** *MANUT. ATIV. DEFESA CIVIL*	A	ATIVIDADES MANTIDAS	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	UNIDADE	26,58	
				Total do Programa:		

Programa: 0901 - PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR

Objetivo: Manter despesas com inativos e pensionistas do regime estatutário.

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO / Exercício 2026

Ação	Tipo	Produto	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Metas Físicas	Valor no Orçamento Exercício em Curso (R$)
2442 - MANUT. DE INATIVOS E PENSIONISTAS	A	ATIVIDADES MANTIDAS	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *MANUT. DE INATIVOS E PENSIONISTAS*						
Total do Programa:						
Programa: 2501 - MANUT. SERV. DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		Objetivo: Melhoria da iluminação pública; expansão e melhorias em redes, postes e luminárias públicas; fornecimento de iluminação pública.				
2294 - FORNECIMENTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	A	ATIVIDADES MANTIDAS	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *FORNECIMENTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA*						
Total do Programa:						
Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		Objetivo: Atender as exisgências da Lei de Responsabilidade Fiscal.				
9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	P	ATIVIDADES MANTIDAS	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	UNIDADE	26,58	
Finalidade: *RESERVA DE CONTINGÊNCIA*						
Total do Programa:						
Total da Unidade Orçamentária 02.11.01:						
Total Geral:						